



Índice

- 01** Para Ricardo Albuquerque, uma grande preocupação é a “criminalização coletiva” que estão imputando ao Tenharim
- 02** Análise: a política do Governo Dilma para os povos indígenas e quilombolas condicionada a um perigoso pacto nacional com os ruralistas
- 03** União e Funai são obrigadas a garantir segurança a povo indígena no Amazonas
- 04** Nota à Imprensa: desintrusão da terra indígena Awá-Guajá
- 05** Delegação com cerca de 50 pessoas saiu de Brasília para prestar solidariedade a índios de MS
- 06** Nota da FCP – MinC sobre a Comunidade Rio dos Macacos
- 07** “Funai tira servidor da Reserva por autorizar entrada de jornalistas”
- 08** Vergonha: “MPF/BA investiga supostas agressões a moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos”
- 09** Governo oferece R\$ 85 milhões para retirar fazendeiros de terras indígenas no MS
- 10** Índios mantêm bloqueio de rodovia para cobrar melhorias em educação e saúde
- 11** Caso dos índios Tenharim será enviado para OEA até fim da semana, diz Justiça
- 12** Índios são acusados de invadir chácara
- 13** Decreto do governo esquentando debate sobre demarcação de terras indígenas



- 14 Índios comercializam produtos medicinais na Praça da Bandeira
- 15 Governo apresenta proposta para solucionar conflitos indígenas em MS
- 16 PF não encontra bala e conclui caso sem punir ninguém por morte de índio
- 17 Pistas da BA-001 são liberadas após protesto de indígenas no sul da BA
- 18 Será que a Funai vai responder pela irresponsabilidade que cometeu?
- 19 Humaitá: Índios postam vídeo alegando inocência
- 20 Carta do Encontro Preparatório dos Povos Indígenas ao 13º Intereclesial de CEBs
- 21 Justiça tem pressa para iniciar desintrusão de terra indígena no Maranhão
- 22 Ministério da Justiça apresenta proposta para desapropriações na área da Terra Indígena Buriti, MS
- 23 "Arte Indígena: Fauna em Madeira" fica em exposição na Casa da Cultura até o dia 21
- 24 Governadora em exercício sugere nova avaliação nas benfeitorias da reserva Buriti
- 25 Índios vão reabrir pedágios no Amazonas. Bispo alerta: "Brasília tem de acordar"
- 26 Comunidades quilombolas reivindicam reintegração de posse de terras em MS
- 27 ONU declara 2014 Ano Internacional da Agricultura Familiar
- 28 Desapropriação em favor de quilombolas é tema de debate
- 29 Projetos de inclusão digital da juventude rural são ampliados
- 30 Informe Funai 1: - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá



Para Ricardo Albuquerque, uma grande preocupação é a “criminalização coletiva” que estão imputando ao Tenharim

SÍTIO CEDEFES, 07.01.2014

Na tarde do dia 1º de janeiro, enquanto grande parte da população ainda estava de alguma forma num clima de festa, o advogado Ricardo Albuquerque deixava a família em Manaus e pegava a estrada rumo sul, para encontrar, no território cortado pela BR 230, os Tenharim e os Jiahui. Não bastasse o verdadeiro estupro perpetrado pela ditadura em suas vidas e culturas para abrir a lamacenta Transamazônica, facilitando o acesso de madeireiros e mineradores aos rios e à floresta, os povos indígenas da região são obrigados a conviver, atualmente, com uma situação de total confinamento, ameaçados, inseguros e sem condições de retomar suas vidas normais até que o pesadelo termine. E o pesadelo é o desaparecimento de três pessoas que viajavam pela BR 230, que vem sendo a eles atribuído.

De volta a Manaus e à família, Ricardo Albuquerque não teve nem terá muito tempo para descanso. E um de seus compromissos foi a entrevista abaixo, a segunda que com ele fazemos por e-mail. Nela, o advogado dos Tenharim e Jiahui nos conta como encontrou seus “clientes” e como vê essa situação que sem dúvida é angustiante para todas as pessoas que dela participam. Inclusive para quem está distante, como é o nosso caso.

Combate - As notícias que temos aqui são desconstruídas e angustiantes, inclusive por conta dos boatos dos portais e páginas da região, que deturpam informações. Como você encontrou os Tenharim, afinal? E você chegou a ter contato com os outros povos, minoritários?

Ricardo - No geral eles estão bem, assim como o povo Jiahui. Contudo, falam muito do trauma que as crianças, mulheres (algumas grávidas e com filho de colo) e idosos ainda sentem em razão de terem que fugir para a floresta quando os manifestantes adentraram a reserva. Alguns se perderam, outros se machucaram e ainda tiveram que dormir a céu aberto (algumas crianças ficaram gripadas). Presenciei algumas crianças correrem para o mato quando carros da Polícia Federal estavam passando...

No último dia que estávamos lá, uma jovem Jiahui grávida estava preocupada de estar perdendo o seu bebê em decorrência do trauma e foi para Porto Velho para fazer exames.

Além deste fato, os homens também me relataram que se sentiram completamente desassistidos quando os manifestantes adentraram a reserva e a Polícia Militar não fez nada para coibir a entrada. Mas agora com as decisões [da Justiça Federal, determinando que sejam garantidos seus direitos] eles estão se sentindo mais seguros e aos poucos a normalidade volta ao dia-a-dia deles.

Pareceram-me também bem unidos, todos se ajudando em decorrência da falta de suprimentos. Quem possuía mais estava compartilhando.

CONT.



Combate - O MPF deu prazo de 48 horas para que sejam prestados a eles cuidados em relação a alimentação e saúde. Você mesmo disse que há pessoas com hipertensão e diabetes, necessitando urgente de remédios. Segundo sei, há uma equipe da Funai de Porto Velho deslocada para Humaitá, que poderia cuidar a alimentação. E o pessoal do Polo de Saúde teria ficado na cidade. Mas há doentes em mais de uma aldeia, e não são só os Tenharim. Você tem notícias a respeito do cumprimento da Recomendação?

Ricardo - Segundo me foi passado hoje (dia 06) pelo Aurélio Tenharim, vários órgãos (Estaduais, Municipais e Federais) estariam se movimentando para cumprir a recomendação e hoje mesmo teriam uma reunião para tratar deste assunto na aldeia. Amanhã (dia 7) aqui em Manaus haverá uma reunião na SEIND (Secretaria Estadual dos Povos Indígenas), onde se discutirá a saúde e educação dos indígenas nesta situação de conflito e serão cobradas respostas.

Combate - A Polícia Federal disse, em Nota, que encontrou partes de um veículo queimado. Depois, informou ter identificado ser ele da linha Volkswagen e queria teria enviado a numeração constante de uma das peças para identificação na fábrica. Algo a respeito?

Acho muito cedo para comentar o assunto e prefiro deixar para me manifestar quando a polícia apresentar todas as provas e também apontar os eventuais suspeitos.

Agora, estou extremamente preocupado com a criminalização coletiva dos Tenharim, o que efetivamente vem ocorrendo nesta situação. Além de não haver quaisquer provas de que algum Tenharim tenha praticado o crime, as acusações são dirigidas à coletividade como uma forma de taxar esta etnia de criminosa e tornar ilegítimas todas as suas reivindicações, especialmente na luta contra a rodovia Transamazônica.

Combate - Fora as questão dos alimentos, de medicamentos e saúde, do confinamento e da atmosfera da apreensão, suponho, como os Tenharim estão sendo tratados pelas forças de segurança? Foi noticiado que 60 indígenas estariam colaborando com a Polícia Federal nas buscas. É correto?

Ricardo - Eles estão sendo tratados com indiferença pelas forças de segurança. Ao mesmo tempo, segundo me relataram os Caciques, tem havido pressões dos policiais para que eles confessem o crime, o que eles continuam a negar veementemente.

Os Tenharim em nenhum momento se opuseram às buscas na reserva, porém, como não participaram deste crime, não estão auxiliando nas buscas, nem tentando obstá-la. A Polícia está fazendo seu trabalho sem interferência.

Combate - Você me disse que "em nenhum momento foi explicado que eles têm o direito constitucional de silêncio. Eles ficam intimidados, e em nenhum momento alguém da Funai ou até mesmo da PF explicou quais os direitos deles, em termos constitucionais. E isso era imprescindível, pois está havendo uma investigação criminal na terra deles. Somente com a minha ida é que agora eles estão instruídos a não falar com a polícia sem minha presença". Até onde sei, isso é crime, não?

CONT.



Ricardo - Não se trata de um ato criminoso. Mas, segundo alguns Tenharim, a Polícia os interrogou no Quartel e na reserva, o que não poderia ter sido feito sem instruí-los de que possuem certos direitos constitucionais, como ao silêncio e à assistência de um advogado, o que se esperaria da FUNAI para instruí-los. Portanto, se algum depoimento destes for utilizado no Inquérito, não hesitarei de pedir sua nulidade por claramente violar os direitos constitucionais deles.

Combate - Por outro lado você forçosamente está em Manaus, a centenas de quilômetros de distância. Como fica essa questão, uma vez que dificilmente eles estarão imunes às diversas pressões?

Ricardo - Minha orientação foi muito clara: não falar com a Polícia sem minha presença. Pedi aos Caciques de todas as aldeias (Jiahui e Tenharim) para que repassassem a todos minha instrução para que ninguém dê depoimento ou responda a perguntas, ou seja, para que eles educadamente declinassem de prestar depoimentos e invocassem seus direitos.

Quero que fique claro que não se tem a intenção de frustrar as investigações, mas apenas garantir que os direitos dos indígenas estão sendo cumpridos. Afinal, estamos lidando com uma investigação criminal em andamento.

O pedido foi feito justamente aos Caciques, pois sei que eles estão em uma posição de fiscalizar em cada aldeia o cumprimento destes direitos, e, para os povos Kawahiva em questão, os Caciques – além de líderes -, são uma instituição a ser respeitada por todos.

Combate - Você disse que o único orelhão existente, na aldeia Marmelo, não está funcionando. Como fica a comunicação de vocês, uma vez que eles não podem ir à cidade? Não haveria ninguém lá em Humaitá em quem você pudesse confiar, em termos institucionais (não pessoais), para fazer essa “ponte”?

Ricardo - Como falei a você, o orelhão passou quase o dia todo sem funcionar e falha muito. A comunicação é péssima e pode a qualquer momento falhar de vez. Infelizmente, não temos ninguém em Humaitá de nossa confiança. Estou estudando me comunicar por rádio com eles, pois em cada aldeia há rádios para comunicação de emergência com a FUNAI e SESAI.

Combate - Aliás, você chegou a ter contato com autoridades e funcionários governamentais em Humaitá? Algum contato específico com o comando do 54º BIS, que no primeiro momento foi quem mais ajudou, me parece? Veja bem: estou preocupada não só com o que está acontecendo mas também com o que pode vir a acontecer...

Ricardo - Não tive qualquer contato com as autoridades em Humaitá por temer por minha vida, já que estou trabalhando com os Tenharim e Jiahui há certo tempo, e muitas pessoas na cidade sabem que sou advogado deles. Não me sinto seguro na cidade e fui direto para a reserva.

Combate - O que aconteceu, afinal, com relação à Aldeia Taboca, durante a tua estada com os Tenharim?

CONT.



Eles estão fazendo as buscas nesta aldeia, e o vice-cacique nos ligou nervoso pedindo para que fossemos lá. Quando chegamos, as crianças estavam retornando do mato, pois achavam que se tratava dos manifestantes adentrando a Aldeia e não hesitaram de correr para a floresta. Como o vice-cacique é um senhor de idade, ele não compreende a presença da Polícia na aldeia dele.

Tudo isto está ocorrendo tendo em vista que a presença da Polícia é traumática na vida deles e não há uma relação de cordialidade, segundo me relatou o Cacique, o que é necessário, em razão de as buscas estarem trazendo verdadeiros constrangimentos e transtornos no modo de vida do povo Tenharim e Jiahui. É até fácil visualizar o trauma causado por diversas pessoas armadas adentrando o local onde você e sua família mora.

Combate - Você esteve com a Telma, mulher do cacique Ivan. Como está ela?

Ricardo - Ela parece estar bastante abatida, assim como os seus filhos. Pelo que entendi, eles querem viver o luto deles em paz, o que parece ser impossível neste momento, e isto lhes machuca muito.

Tudo isso está tendo um impacto muito forte na vida dos Tenharim. Eles estão cerceados no direito de ir e vir e, como disse a Telma, os não índios continuam passando pela estrada sem qualquer problema; os Tenharim nunca cometeram ou cometerão algum crime contra os que lá passam. Contudo, eles não podem ir para a cidade.

Tem Tenharim que estuda o ensino médio em Humaitá. Tem criança que estuda em Santo Antonio do Matupi. Tem Tenharim e Jiahui que estuda na UEA, UFAM e IFAM e que não poderão retornar a seus estudos, assim como não podem comprar mantimentos, além de estarem desassistidos.

Nos Jiahui, outro povo Kawahiva, vizinho dos Tenharim e parceiro deles na luta contra os danos da Transamazônica, tem pessoas com diabetes e hipertensão que estão sem remédios. Já nos Tenharim, que possuem uma população bem maior, há bastante pessoas sofrendo sem assistência de saúde. Somente alguns doentes foram para Porto Velho.

Fonte: www.racismoambiental.net.br



Análise: a política do Governo Dilma para os povos indígenas e quilombolas condicionada a um perigoso pacto nacional com os ruralistas
SÍTIO DESSACATO, 07.01.2014

Conjuntura Indigenista e Quilombola – 2013

Diferentes analistas sociais vêm discutindo as formas como o neoliberalismo se estabelece e se enraíza nas práticas e escolhas de governos, na atualidade. Um destes analistas é Maurizio Lazzarato, um sociólogo interessado em entender como se estabelecem e se naturalizam certas premissas do regime de acumulação capitalista, assumidas por governos, no presente, como se fossem incontestáveis.

Lazzarato afirma que o neoliberalismo provoca profundas transformações na maneira de compreender e de gerir os direitos coletivos e as garantias individuais. O foco de governo recai sobre as finanças, e estas são, para o sociólogo, “máquinas de guerra” que transformam os direitos sociais em dívidas a serem contraídas pelo cidadão, convertido em consumidor e em usuário de serviços privados. O custo tem sido a redução do salário, a precarização das condições de vida, a responsabilização dos governados pelo provimento de saúde, educação, moradia, segurança (em âmbito privado). O governo estimula a expansão do crédito ao consumo, para a inclusão no mundo dos consumidores de serviços e de produtos. “Ou seja, antes de se garantir o direito à moradia, asseguram-se financiamentos imobiliários; antes de se efetivar a mutualização dos riscos sociais (riscos por desemprego, adoecimento, aposentadoria etc.), investem-se nos seguros individuais”.

O crescimento econômico neoliberal dá o tom e a pauta dos investimentos, determinando quais são os “diferenciais de ganho e de poder”, ou seja, quais são os setores que deverão ser estimulados, que deverão receber incrementos financeiros e incentivos para prosperarem. E se alguns setores são superestimados, obviamente que outros serão atrofiados.

Lazzarato afirma que a aposta insensata do neoliberalismo, na qual os governantes acreditam, é a possibilidade de redistribuição das riquezas (ou do bem estar decorrente do acesso a recursos) sem redistribuição dos recursos (ou seja, sem prejuízo dos “diferenciais econômicos”). Nesta lógica, a suposta redistribuição das riquezas se daria pela inserção das pessoas no consumo. O endividamento é a engrenagem para transformar as pessoas comuns em proprietários (de casas populares, de carros populares, de eletrodomésticos etc.).

No caso dos governos brasileiros dos últimos anos, essa opção pela “inclusão social” através do endividamento é muito evidente: pipocaram linhas de crédito para a aquisição de casa própria (Minha Casa Minha Vida), para investir no mobiliário e na aquisição de eletrodomésticos; linhas de crédito para pequenas empresas, para agricultura familiar. Apesar de parecer uma opção razoável para que os pobres possam finalmente sair da condição de inquilinos ou de empregados para a de proprietários, o fim e ao cabo, tais opções políticas se fundamentam sobre o endividamento da população (e também aquecem a economia ao favorecer a expansão de setores da construção civil, por exemplo).

CONT.



Para Lazzarato, a tentativa de redistribuição da riqueza sem efetiva redistribuição dos recursos constitui a esquizofrenia do modelo neoliberal. Inspirando-me nas análises deste sociólogo, busco discutir, nesta breve análise de conjuntura, algumas posições assumidas pelo governo Dilma e algumas escolhas – políticas e econômicas feitas em nome da governabilidade – que considero serem marcas da esquizofrenia apontada por Lazzarato e que, em meu ponto de vista, é também o componente “perigoso” que não pode ser ignorado pelos movimentos sociais.

Tomando como referência as deliberações do governo federal no que se refere aos direitos indígenas e quilombolas chegamos à conclusão de que elas estão alicerçadas em perigosos acordos eleitoreiros, em conchavos políticos, jogos de interesse e em concessões de privilégios a grupos econômicos “diferenciais” que pretendem extrair das terras indígenas e da natureza as riquezas potencialmente existentes.

Nas relações do governo com seus “aliados”, chama a atenção a perigosa subserviência aos ruralistas (setor agropecuário), que claramente integram os “diferenciais de ganho e de poder” indicados por Lazzarato, e que assim recebem também tratamento diferenciado. Este segmento vem revelando, ao longo da história, uma face cruelmente depredadora dos recursos da natureza (destruição de florestas e de matas ciliares, poluição de mananciais de água, por exemplo) e, em muitos casos, se vale da exploração da mão de obra humana (submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão). É necessário lembrar que muitos desses ruralistas, “proprietários de terras”, adquiriram suas posses através da força bruta, expulsando pessoas das terras, ameaçando e assassinando lideranças, comprando terras a preços irrisórios, promovendo a grilagem ou recebendo, a preço simbólico, terras do poder público, como é o caso (noticiado pela imprensa) das “propriedades” de familiares da senadora Katia Abreu em Tocantins (e não ao acaso, ela é também presidente da CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária).

Como se percebe, o governo brasileiro vem pautando sua política, por um lado, no favorecimento dos ruralistas, e por outro lado, na arrogância, prepotência e intolerância com os povos indígenas e quilombolas, especialmente nas discussões e na condução dos programas, projetos ou políticas que afetam a vida, as terras, o meio ambiente e o futuro dessas populações. Condizente com essa opção pelo favorecimento de setores “diferenciais”, o governo inventa instâncias de representação popular que ele mesmo não leva em conta e, assim, não escuta a opinião dos povos e seus líderes e não aceita posicionamentos que sejam contrários aos planos desenvolvimentistas.

Como efeito, tem-se a intensificação das violências contra os povos indígenas, bem como a perseguição e a tentativa de desqualificar publicamente os que se opõem às pretensões governistas (um exemplo dessa postura é a nota divulgada pela Secretaria Geral da Presidência da República contra as lideranças do Povo Munduruku). Os preceitos constitucionais e as normas e tratados internacionais, especialmente no que se refere à consulta prévia, livre e informada das populações indígenas e quilombolas são abertamente desrespeitados em nome de algo que se apregoa como sendo de “interesse comum”, mas que não gera o “bem comum” e sim o bem de apenas alguns setores do mercado e da economia – empreiteiras, mineradoras, usineiros e empresas de energia hidráulica e do agronegócio.

CONT.



Esses setores, coordenados pelos ruralistas, promoveram ao longo do ano de 2013 um “levante” contra os povos indígenas, quilombolas e contra seus direitos fundamentais à vida e à terra. As investidas se deram no âmbito político, junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como através da veiculação intensiva de notícias na mídia que provocam uma inquietação social. Assim, os povos indígenas vão gradativamente se transformando em um “problema”, um entrave, o que potencializa a violência simbólica, estratégia que também se alia concretamente a ações violentas contra comunidades e suas lideranças (a exemplo do que ocorre no município de Guaíra, no Paraná, contra os Guarani Nandewa, ou em Mato Grosso do Sul, quando homens encapuzados incendiaram um ônibus escolar que realizava o transporte de estudantes Terena).

No Poder Legislativo, os referidos setores “diferenciais” tentaram impor projetos de lei e emendas à Constituição Federal com o intento de aniquilar com os direitos dos indígenas e quilombolas e de romper com qualquer perspectiva de que terras venham a ser demarcadas no Brasil. Aliás, no entendimento destes setores, mesmo aquelas terras já demarcadas precisariam ser revogadas.

Dentre as perigosas propostas que tramitam neste momento, elenco aqui o Projeto de Emenda à Constituição de número 215 (PEC 215/2000) e o Projeto de Lei Complementar 227 (PLP 227/2012). A PEC 215/2000 pretende transferir a competência pelas demarcações das terras indígenas, quilombolas e definição de áreas ambientais, que são atribuições constitucionais do Poder Executivo, para o Legislativo. E o PLP 227/2012 visa modificar o Parágrafo 6 do Art. 231 da Constituição Federal para assegurar que, em havendo qualquer tipo de interesse econômico sobre uma terra indígena, esta será caracterizada como de relevante interesse público. Assim, os povos indígenas perdem o direito de usufruto exclusivo e as terras podem se tornar disponíveis ao agronegócio, às mineradoras, madeireiras e outros interessados. Lamentavelmente no final do ano o presidente da Câmara dos Deputados (Henrique Eduardo Alves – PMDB), apesar da oposição dos povos indígenas, quilombolas e outros segmentos da sociedade, instalou a Comissão Especial para aprovar a PEC 215/2000, constituída com mais de 70% dos parlamentares ruralistas ou comprometidos com esses interesses.

Junto ao Poder Judiciário proliferam ações contra as demarcações das terras. Em muitas decisões se percebe que juízes, desembargadores e ministros procuram as brechas das leis para nelas estabelecer interpretações que fundamentem uma decisão contrária aos direitos indígenas e, com isso, impor, também através do Judiciário, a paralisação de demarcações de terras. Há, sem dúvida, ações premeditadas dos setores “diferenciais” da economia, sobre juízes e desembargadores, com o intuito de convencê-los a proferirem decisões que favoreçam explicitamente os grupos que exploram as terras indígenas e suas riquezas ambientais e minerais. Há, por outro lado, casos de decisões exemplares, nas quais o magistrado se debruça sobre a causa em litígio e a analisa, avalia e decide tendo como referência os direitos constitucionais, a legislação infraconstitucional e o direito à vida daqueles que são, muitas vezes, relegados ao esquecimento no âmbito das decisões judiciais. Foram, ao longo do ano, proferidas decisões que permitem observar quando há parcialidade ou imparcialidade nas decisões. Um exemplo dessa constatação foi a decisão da Juíza da 2ª Vara Federal Janete Lima Miguel de Campo Grande/MS, quando proferiu decisão contra a realização do chamado “Leilão da Resistência” (leilão criminoso promovido pelos ruralistas com o objetivo de arrecadar

CONT.



dinheiro e com ele contratar milícias para agirem contra as lutas indígenas). Para fundamentar sua decisão, a juíza enfatizou que, entre o “direito de propriedade e o direito a vida ela opta pelo direito a vida”. Os representantes dos fazendeiros, dentre eles parlamentares, entraram com pedido de suspeição da juíza e impugnaram sua decisão.

No âmbito do Poder Executivo, os ruralistas impuseram que todas as demarcações de terras fossem paralisadas. O anúncio foi dado na Tribuna do Senado pela senadora, amiga da presidente Dilma, Kátia Abreu e prontamente precedido de ordem oficial da ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, determinando que a Funai e o Ministério da Justiça suspendessem de imediato todas as demarcações, especialmente no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

A ministra Gleisi chegou ao cúmulo de dar à EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) a incumbência de elaboração de laudos técnicos para se contrapor aos estudos de identificação e delimitação de terras realizados pela Funai e, para além disso, pretendia torná-la a responsável pela elaboração dos estudos técnicos das terras reivindicadas pelos povos, como sendo de ocupação tradicional. A proposição era tão descabida que mereceu questionamento público, inclusive da própria EMBRAPA. Ainda assim, a ordem de paralisar as demarcações acabou sendo rigorosamente cumprida pela Funai e pelo Ministério da Justiça.

Desde o mês de março/2013 nenhuma terra indígena foi demarcada e, além disso, medidas foram adotadas no sentido de rever estudos realizados pela Funai. Mais grave ainda, é a atitude do próprio ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de pressionar o órgão indigenista para que áreas declaradas (através de portarias assinadas por ele) fossem revistas, como é o caso da terra Indígena Mato Preto no Rio Grande do Sul (imaginem-se, aqui, se um arquiteto autorizasse a construção de uma ponte, baseando-se nos alicerces mais sólidos de seu campo de ação e, depois da construção de metade da obra com recursos públicos, decidisse destruir o que já foi construído e refazer por outro caminho- seria, sem dúvida, acusado de promover o mau uso de recursos públicos). Os procedimentos de demarcação da área indígena Mato Preto se respaldaram nos alicerces constitucionais, os mais sólidos de que dispomos, por que então deveriam ser revistas? O que justificaria esse desperdício de recursos públicos para fazer novamente o que já foi feito?

O pacto do governo federal com os ruralistas (e que se estendeu aos demais setores que pretendem explorar terras indígenas) criou raízes e se alastrou pelo país. Governos estaduais (como de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul) adotaram estratégias políticas regionais para exercer pressão contra as ações demarcatórias e ao mesmo tempo promover, junto a opinião pública, uma espécie de linchamento da Funai e seus servidores, caracterizando-os como manipuladores, fraudulentos, parciais, fomentadores e promotores de conflitos entre “índios e produtores”. Entidades indigenistas e lideranças indígenas foram igualmente caluniadas pelos representantes dos governos estaduais e os defensores do agronegócio a exemplo da Famasul, Farsul, Fetraf-Sul e CNA.

Lamentavelmente, em estados como o Rio Grande do Sul os governos, seduzidos pelo “poder” aparentemente consolidado pelo pacto com as elites agrárias, atuam perigosamente e alimentam o conflito entre agricultores e comunidades indígenas. Os governantes movidos pela

CONT.



politicagem perdem o censo de justiça e a noção de que são eles, como representantes do Estado, aqueles que devem mediar e buscar soluções aos problemas criados pelo próprio Estado em épocas passadas.

As medidas paliativas, que compõem a meu ver a esquizofrenia apontada pelo sociólogo Maurizio Lazzarato de tentar distribuir a riqueza sem desmontar as estruturas do enriquecimento, sugerem a permuta do direito à demarcação de terras pela compra de pequenas áreas (a exemplo do que ocorre no Rio Grande do Sul) além de prolongar os conflitos, são ilegais e imorais. Os direitos dos povos indígenas são transformados em serviços quando os governantes propõem a compra de porções de terra em locais menos conflituosos. É necessário ressaltar que o direito a demarcação das terras não cessará em função da compra de pequenas áreas (muitas delas degradadas); que não desaparecerão os povos, suas comunidades e as lutas pelo direito que possuem; que não é possível substituir garantias constitucionais através de perigosas compensações.

O resultado desta aliança federativa (pacto) com o ruralismo não obteve êxito pleno em função dos protestos e mobilizações dos povos indígenas e seus aliados. Caso contrário o governo teria, como anunciou por dezenas de vezes, alterado as regras do procedimento de demarcação de terras (regulados pelo Decreto 1775/1996 e Portaria 14/1996) e ao mesmo tempo vincularia as 19 condicionantes estabelecidas pelo STF no julgamento do "caso Raposa Serra do Sol" a todas as demarcações de terras, como ficara explicitado na edição da Portaria 303/2012 da AGU (os efeitos desta portaria foram suspensos depois da pressão do movimento indígena). O STF, no mês de outubro, julgou os embargos de declaração relativos à decisão de Raposa Serra do Sol (Petição – PET 3388) e determinou que as 19 condicionantes estabelecidas no julgamento da ação pela manutenção da demarcação da Terra Raposa Serra do Sol em área contínua não são vinculantes a outros casos, portanto a outras demarcações de terras.

Perigosas têm sido as demais políticas do governo federal para com os povos indígenas (saúde, educação, ambiental e de sustentabilidade), fundamentalmente pela falta de articulação entre os planejamentos de cada ministério, os serviços a serem prestados, as ações desenvolvidas e a execução orçamentária. Não há no governo federal um ministério, um órgão ou secretaria que congregue a responsabilidade pela articulação da política indigenista. Esta deveria ser uma função da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) que acabou sendo descaracterizada pelo governo na medida em que não acata as propostas oriundas da Comissão, bem como não remete a ela as demandas e propostas que o governo tem para os povos indígenas.

No caso da política de saúde indígena o ano que passou foi conturbado. As atenções dos gestores e conveniados estavam focadas em responder denúncias de mau uso dos recursos; dar explicações acerca dos graves problemas no âmbito da assistência; acompanhar as etapas locais e distritais da V Conferência Nacional de Saúde Indígena. Nelas eles tinham que intervir para manter o controle na etapa nacional, e com isso garantir que as propostas que lhes assegurassem a manutenção das práticas adotadas nos últimos dois anos – uma mescla de ações e serviços realizados entre gestores e terceiros sem efetivamente garantir um modelo de atenção com participação efetiva dos povos indígenas -.

CONT.



A legislação que cria o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Lei Arouca, 9836/99) determina que o Ministério da Saúde é quem deve assumir a responsabilidade pela gestão da política de saúde para os povos indígenas, e esta premissa se fortalece com uma decisão judicial contra a política de terceirização dos serviços em saúde. Ainda assim, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) vem mantendo convênios para as ações complementares em saúde, por exemplo, com a Missão Caiuá, com o Instituto de Medicina Integral Fernando Figueira (IMIPI) e com a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Com conveniadas, ou sem elas a ineficiência na atenção aos povos indígenas é inegável. Em âmbito nacional, povos e comunidades reclamam por não haver assistência adequada nas aldeias, nem profissionais, medicamentos e infraestrutura adequada. O mais grave, no que concerne as ações em saúde, é que a destinação de recursos tem sido expressivamente maior do que a execução orçamentária, aspecto que se verifica em relação a rubricas extremamente relevantes, tais como a prevenção de doenças e as melhorias relativas ao saneamento básico. As políticas assistenciais são, em síntese, reveladoras do tipo de tratamento dispensado pelo governo aos povos indígenas.

Embora exista um consenso, hoje, sobre a relevância das diferentes culturas e identidades e sobre a necessidade de respeito a todas as maneiras de ser e pensar, no caso dos povos indígenas e quilombola esse discurso não tem sido muito efetivo. O que se observa é o crescimento das expressões de intolerância e de desrespeito, especialmente quando a presença destes povos e comunidades coloca em questão alguma das premissas desenvolvimentistas. Em alguns estados há investidas constantes contra as demarcações, contra as formas de viver de comunidades e povos que não pensam a terra unicamente como recursos, a ser explorada ao máximo. Do mesmo modo, é crescente a prática concreta (e cruel) de violências contra comunidades e lideranças indígenas, especialmente aquelas que vivem nas margens das rodovias ou que se situam em pequenas reservas de terra. O setor ruralista articula, do sul ao norte, ações de intimidação e de coerção dos povos indígenas. Em Guaíra, no Paraná, os Guarani estão sendo discriminados e perseguidos nas ruas, no comércio, nas escolas e no trabalho. Os meios de comunicação convocam a população a reprimir “os índios”. No Mato Grosso do Sul a situação é semelhante. Lideranças são ameaçadas, espancadas, assassinadas.

Na luta pela terra, além de enfrentar pistoleiros, as lideranças se deparam com a brutalidade das polícias (Federal e Militar), que agem de forma truculenta contra os povos indígenas em ações de reintegração de posse. O exemplo mais contundente foi o assassinato de Oziel Terena em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul.

As artimanhas e estratégias criadas pelo governo federal com o intuito de favorecer alguns setores da “economia” tem, como custo, a negação dos direitos originários e constitucionais dos povos indígenas, dos quilombolas, de outras coletividades que não se encaixam nas perspectivas de desenvolvimento, aceleração, produção em larga escala, por exemplo.

Para finalizar, retomo a afirmação do sociólogo Maurizio Lazzarato de que a possibilidade de redistribuição das riquezas sem redistribuição dos recursos é uma aposta insensata. O governo Dilma investe na direção de maximizar os ganhos de setores financeiros, fortalecer setores diferenciais da economia e supostamente promover a inclusão social através do consumo, do crédito e de pacotes de medidas assistenciais. Mas não é possível conciliar os direitos sociais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

com o rol de interesses dos setores do agronegócio, de mineradoras, de construtoras, do setor de financeiro.

Construir perspectivas que focalizem centralmente os direitos sociais, as formas coletivas de vida, a solidariedade, a redistribuição efetiva dos bens e dos recursos que hoje estão concentrados nas mãos de poucos grupos favorecidos são alguns dos desafios a serem enfrentados pelos povos indígenas e seus aliados. Uma sociedade justa, na qual todos sejam verdadeiramente respeitados só poderá emergir de uma guinada nos rumos (e escolhas) que orientam a política atual.

Fonte: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7328&action=read



União e Funai são obrigadas a garantir segurança a povo indígena no Amazonas
SÍTIO FOLHA DO MS, 07.01.2014

A Justiça Federal reafirmou a determinação para que a União e a Funai (Fundação Nacional do Índio) adotem medidas que garantam a segurança dos índios na terra indígena Tenharim Marmelos, no município de Humaitá, sul do Amazonas. No último dia 28, durante o plantão judiciário, foi concedida decisão liminar determinando que os dois entes promovessem o retorno à aldeia dos indígenas que estavam refugiados em unidade do Exército e elaborassem plano de proteção que garantisse a integridade do povo Tenharim em suas terras.

A decisão liminar foi concedida atendendo ao pedido do MPF-AM (Ministério Público Federal no Amazonas) em ação civil pública. A Funai apresentou pedido de reconsideração da decisão liminar e, após a manifestação do MPF-AM pelo indeferimento do pedido de reconsideração, a Justiça Federal expediu a nova decisão, acompanhando o entendimento do órgão e reafirmando o que havia sido determinado na liminar, destacando que os fundamentos utilizados para embasar a decisão anterior permanecem inalterados.

Desde o último dia 25 de dezembro, a cidade de Humaitá vive dias de instabilidade por conta de protestos violentos que já resultaram na depredação de prédios e bens públicos de órgãos e autarquias federais relacionados a políticas públicas voltadas aos povos indígenas, além de ameaças a um grupo de indígenas que estava na cidade para tratamento de saúde. Os manifestos estariam relacionados ao suposto desaparecimento de três pessoas na área da terra indígena Tenharim Marmelos, cortada pela rodovia Transamazônica (BR-230).

Na ação civil pública, o MPF-AM argumentou que a presença de forte efetivo de segurança apenas para fazer a busca de desaparecidos na terra indígena e depois retirar-se torna ainda maior o risco de novas ações violentas sobre o povo Tenharim, que já tiveram casas e bens queimados por um grupo de manifestantes, no último dia 27. A decisão liminar do dia 28 de dezembro determinou que as forças de segurança que participam das buscas – Exército, Polícia Militar, Polícia Federal e Força de Segurança Nacional – também prestem apoio ao plano de proteção à reserva e ao povoado.

Violação aos direitos humanos

Diante dos indícios de omissão por parte da União e da Funai em garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas durante o conflito em Humaitá, a Justiça Federal também determinou o envio de cópia do processo, após a apresentação das defesas, à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), para que o órgão internacional tome ciência dos fatos envolvendo possíveis violações aos direitos humanos e analise se a postura do Estado brasileiro no caso de descumprimento das obrigações assumidas em tratados e compromissos internacionais junto à ONU (Organização das Nações Unidas) e OEA (Organização dos Estados Americanos), dos quais o Brasil é signatário.

uol



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

Nota à Imprensa: desintrusão da terra indígena Awá-Guajá

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 07.01.2014

Brasília, 7/1/2014 - Em relação à desintrusão da terra indígena Awá-Guajá gostaria de esclarecer que não foi minha intenção generalizar e afirmar que os agricultores que se encontram naquele local são plantadores de substâncias ilícitas. No local vivem muitos agricultores corretos e decentes. Se houve qualquer mal entendido a partir de minhas declarações, deixo claro que não foi essa minha intenção.

Esclareço, ainda, que o processo de desintrusão é resultado de uma decisão judicial e que o Governo Federal apenas tem se empenhado em cumprir, com seriedade e responsabilidade, a decisão da Justiça.

Paulo Maldos

Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

Delegação com cerca de 50 pessoas saiu de Brasília para prestar solidariedade a índios de MS

SÍTIO NOTICIDADE, 07.01.2014



saneamento básico e assistência do governo, onde aguardam o reconhecimento final da união.

Uma delegação com 46 pessoas dos mais diversos movimentos sociais saiu de Brasília na última segunda-feira (6) com destino a Campo Grande. O objetivo é prestar solidariedade aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

Conforme informações da fanpage da revista "Virus Planetário", a brigada visitou a aldeia "Água Bonita", onde vivem indígenas das etnias Kaiowá, Guarani, Kadiwéu, Terena e Guató.



Nota da FCP – MinC sobre a Comunidade Rio dos Macacos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014

FCP

A Fundação Cultural Palmares – MinC lamenta o episódio ocorrido nessa segunda-feira, 6 de janeiro de 2014, na Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, localizada em Simões Filho, na região metropolitana de Salvador/BA. Segundo relatos, os líderes quilombolas Rosimeire Messias dos Santos e Edinei Messias dos Santos, estavam a caminho de sua residência quando foram agredidos por oficiais da Marinha do Brasil após um desentendimento.

A Fundação Palmares, criada pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, com a missão institucional de preservar o patrimônio cultural afro-brasileiro e a identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, reforça a necessidade de resguardar todas as comunidades quilombolas assim como as mulheres, homens, crianças e idosos que as compõem.

A FCP – MinC acredita que, independente das questões relacionadas a terra, os quilombolas devem ter seus direitos fundamentais garantidos enquanto cidadãos e memórias vivas da cultura e identidade negra brasileira. E é nesse sentido, que a Fundação informa a todos os brasileiros e brasileiras que acompanhará as apurações dos fatos e adotará as medidas cabíveis tendo em vista a prestação de assistência jurídica ao Quilombo Rio dos Macacos, bem como redobrar os esforços para a construção de solução justa e equilibrada referente ao processo de regularização fundiária.

A comunidade Rio dos Macacos teve a certificação de autorreconhecimento emitida pela FCP – MinC em 04/10/2011 e passa por diversos entraves relacionados ao direito a terra. A área é tombada pela União Federal e está situada nas proximidades da Base Naval de Aratu, administrada pela Marinha do Brasil.

"Funai tira servidor da Reserva por autorizar entrada de jornalistas"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014



Tenharim reunidos na aldeia Marmelos. Foto: Arquivo MPF-AM

Por Elaíze Farias, em Amazônia Real

Servidor da Funai (Fundação Nacional do Índio) há 37 anos, Áureo César de Oliveira disse nesta terça-feira (07) ao portal Amazônia Real que foi retirado pelo órgão da terra indígena Tenharim porque concedeu entrevistas à imprensa e autorizou a entrada de jornalistas na aldeia Marmelos, um dos focos das investigações da Polícia Federal sobre os três homens desaparecidos há 23 dias na reserva [na Transamazônica]. A saída de Áureo César de Oliveira desagradou os indígenas tenharim.

Lotado na Coordenação Regional de Porto Velho (RO), Áureo César de Oliveira era o único funcionário não-índio que permanecia na reserva dos tenharim – é que há funcionários indígenas dentro da Funai também.

Áureo foi designado pelo órgão para entrar na aldeia desde o início dos conflitos, no dia 25 de dezembro de 2013. Outros funcionários também foram enviados pela Funai mas, segundo os indígenas, eles não ficam na reserva e sim no distrito Santo Antônio do Matupi, no KM-180 da BR-230 (Transamazônica) e só foram uma vez na aldeia Marmelos desde o início dos conflitos.

Em entrevista ao Amazônia Real, Áureo de Oliveira, 67 anos, afirmou que os jornalistas entraram na aldeia Marmelos nesta segunda-feira (06), quando uma comitiva, formada pelo

CONT.



Comando Militar da Amazônia (CMA) e demais forças de segurança, visitou a comunidade para uma reunião com ao menos 400 indígenas.

"Sou acostumado a fazer esse tipo de trabalho e tenho uma ficha exemplar. Nunca fui chamado atenção ou despedido de uma missão. Estou muito chateado. O pessoal de Brasília me ligou dizendo que não era para eu ter dado entrevista. E que era para eu ter impedido a entrada dos jornalistas na aldeia. Como vou impedir isso se os índios é que têm a autonomia para autorizar ou não a entrada de jornalistas?", afirmou o servidor da Funai.

O funcionário afirmou que foi indicado para atuar junto aos tenharim quando estava se preparando para entrar de férias. "Recebi uma ligação e me mandaram cancelar minhas férias. O que eu fiz. Vim para cá e conversei com os indígenas, que estavam muito alterados com toda essa situação. Estou aqui dormindo com os índios, passando fome, pegando chuva, sofrendo com eles", disse o servidor.

Áureo de Oliveira disse no final da manhã desta terça-feira que estava deixando a reserva Tenharim preocupado com a situação em que se encontram os índios, sem comida e remédios.

"Estou saindo da aldeia daqui a pouco, depois de dar essa entrevista. Os índios não têm quase nada para comer e não podem sair da aldeia para comprar alguma coisa. Estou com receio de sair e as coisas saírem do controle", afirmou.

A reportagem voltou a ligar para a aldeia Marmelos após a primeira entrevista de Áureo e confirmou junto aos indígenas que ele já tinha saído da reserva.

Descontentes

A decisão da Funai provocou descontentamentos entre os índios tenharim. Um dos líderes da etnia, Aurélio Tenharim disse ao Amazônia Real que Áureo é o único funcionário da Funai que ficou permanentemente na aldeia desde o início dos conflitos.

Segundo ele, outros três funcionários (um deles identificado com Vanderlei) esteve com os índios na aldeia apenas um dia. Nos demais, foram vistos acompanhando a Polícia Federal nas buscas dos desaparecidos ou junto com familiares destes. A afirmação foi confirmada por Áureo.

Conforme Aurélio, Vanderlei e os demais funcionários passam a maior parte do tempo no distrito de Santo Antônio do Matupi, cuja população fez parte dos protestos contra os índios.

"O Áureo é o único que ficou morando na aldeia desde o início conversando com os índios e comendo aqui. Ele comeu o mesmo que a gente come. Macaxeira, milho e cana, já que é só isso que temos. Não temos mais carne nem peixe. Não podemos caçar nem comprar. Os outros funcionários nunca vêm aqui. Parecem que estão dando mais apoio para as famílias dos desaparecidos do que para os índios. No primeiro dia que o Vanderlei esteve aqui ele veio escoltado por policiais e falando de longe, como se a gente fosse ameaçá-lo", disse Aurélio.

CONT.



O líder indígena disse ainda que a Funai ainda não deu respostas aos dois documentos enviados na semana passada com relatos sobre a situação dos tenharim e jiahui na reserva.

“A Funai não designou os funcionários com perfil para trabalhar com a população tenharim. São pessoas que em nenhum momento procuraram as lideranças indígenas, com exceção do Áureo, que já trabalha com os tenharim. Com a saída do Áureo, quem vem para cá? Estamos pedindo uma intervenção de algum órgão, do Ministério Público Federal, de quem puder nos ajudar. Estamos pedindo socorro”, disse ele.

Conforme Aurélio, os indígenas bancaram com seus recursos uma parte da compra do combustível do veículo que Áureo usou para circular dentro da reserva e fazer o monitoramento, informação que também foi confirmada pelo servidor.

Aurélio Tenharim disse que o clima entre os indígenas continua tenso, pois sempre há o receio das ameaças serem retomadas. “Ontem tivemos uma conversa com o comandante do Exército e ele falou um pouco com a gente. Espero que ele encaminhe às autoridades o que falamos. Pedimos que ele coloque postos de vigilância, pois as ameaças vão continuar”, afirmou.

Segundo informação dada ao portal por Aurélio Tenharim, o atendimento à saúde deve ocorrer ainda nesta terça-feira, por meio de uma equipe levada pelo Exército. “Nos disseram que têm uma ambulância. Vamos aguardar”, disse ele.

Procurada, a assessoria de comunicação da Funai disse que as pessoas que podem falar sobre o tema estão em reunião durante toda a tarde no Ministério da Justiça sem hora para acabar. A assessoria disse que até o momento não conseguiu contato com as pessoas e que é possível que a demanda do portal não seja respondida nesta terça-feira.

Restrição

O acesso às informações sobre o conflito em Humaitá e as buscas dos três homens desaparecidos vem sofrendo dificuldades devido às restrições impostas pela Polícia Federal e pela Funai.

A Polícia Federal só se manifesta oficialmente por meio de nota (que muitas vezes causam mais dúvidas sobre as investigações) e a Funai não delegou um porta-voz para falar sobre o assunto, considerado um dos mais delicados envolvendo povos indígenas do país.

Vergonha: "MPF/BA investiga supostas agressões a moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014



Maria de Souza de Oliveira, 84 anos, na frente da sua casa. Dona Maria, como é conhecida, é uma das moradoras mais antigas da comunidade quilombola.

Observação: "Supostas?" O MPF da Bahia é muito 'curioso' no que concerne a questões de Tutela Coletiva! TP.

O inquérito foi instaurado hoje pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão para apurar possível violação dos direitos humanos aos habitantes da comunidade.

MPF BA – Assessoria de Comunicação

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) do Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) instaurou hoje, 7 de janeiro, inquérito civil público com o objetivo de apurar as supostas agressões [grifo deste blog] sofridas pelos moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos, situada na Base Naval de Aratu, no município de Simões Filho/BA.

O procurador Regional dos Direitos do Cidadão substituto, Edson Abdon, que instaurou o inquérito, requer ao comandante da Base Naval de Aratu cópias da fita de segurança da portaria de acesso, local onde ocorreu o incidente entre os militares de plantão e os membros da comunidade, das fitas do circuito interno de TV onde as supostas vítimas foram detidas, para averiguar as agressões sofridas e o laudo de exame de corpo delito feito em um dos moradores. Requer, também, informações sobre o tempo que os irmãos Edinei Messias dos Santos e Rosimeire Messias dos Santos ficaram detidos no estabelecimento militar, e busca

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

saber se já foram adotadas medidas no sentido de instauração de sindicância interna para apurar o ocorrido.

Inquérito Civil Público – É o procedimento interno instaurado pelo MPF para a investigação de danos ou ameaça de dano a bens de interesse difuso, coletivo ou individuais homogêneos. Geralmente o inquérito é preliminar ao ajuizamento das ações civis públicas, e compreende a requisição de informações junto às partes envolvidas para que o MPF possa dar seguimento a sua atuação.



Governo oferece R\$ 85 milhões para retirar fazendeiros de terras indígenas no MS
SÍTIO O GLOBO, 07.01.2014

Ruralistas resistem e querem que avaliação leve em conta valores de mercado e não da Funai e Incra

BRASÍLIA - Em reunião na tarde desta terça-feira, no Ministério da Justiça, o governo ofereceu cerca de R\$ 85 milhões a 30 fazendeiros que ocupam 15 mil hectares na reserva indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul, dos índios terena. Esse é um dos conflitos de terra no estado. Participaram da reunião, além de representantes do ministério, a vice-governadora do Mato Grosso do Sul, Simone Tebet, lideranças indígenas e proprietários rurais. Os ruralistas não concordaram com a indenização proposta pelo governo, que envolve pagamento das benfeitorias que construíram na área e das terras nuas. A avaliação das benfeitorias foi realizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e a das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A reunião foi um primeiro passo, ainda não há qualquer entendimento. A proposta do governo será ainda analisada pelos ruralistas, que, durante a reunião, já se manifestaram contrários aos valores apresentados. Entendem que estão abaixo do real valor das terras e das melhorias construídas.

O assessor especial do ministério para assuntos indígenas, Marcelo Veiga, afirmou que a discussão está começando.

- Não é momento para dar resposta definitiva. Estamos construindo o entendimento. Não temos fórmula mágica. O importante é que a discussão está aberta. Tudo é possível - disse Marcelo Veiga.

Simone Tebet afirmou que foi dado um passo importante, mas disse estar preocupada com o tempo das negociações. Ela teme que, se demorar muito o acerto, o impasse possa gerar violência.

- Ambas as partes, índios e produtores, estão de prontidão. Hoje há uma relativa paz. Mas se demorar 30 ou 60 dias não sabemos o que pode ocorrer - disse Tebet.

O presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul Francisco Maia afirma que os proprietários são a favor da demarcação das terras, mas diz que será preciso mais tempo para chegar a um acordo.

- Não se pode corrigir uma injustiça cometendo outra injustiça. Vamos avaliar os valores oferecidos e, caso necessário, faremos a nossa própria avaliação de acordo com o valor de mercado. É essa a nossa condição.



Índios mantêm bloqueio de rodovia para cobrar melhorias em educação e saúde
SÍTIO O PROGRESSO, 08.01.2014

Desde domingo (5), índios krikati, guajajara e krenyê bloqueiam um trecho da rodovia MA-280, entre as cidades de Montes Altos, a cerca de 65 quilômetros de Imperatriz; e o município vizinho Sítio Novo, no sudoeste do Maranhão. Os índios pedem melhorias no atendimento à saúde, na educação e compensações pela instalação de torres de alta tensão nas reservas. A rodovia é usada para transporte de produtos que abastecem cidades da região.

O grupo derrubou anteontem (6) duas torres de alta tensão instaladas no interior da Terra Indígena Krikati, em Montes Altos. Segundo a Eletronorte, o fornecimento de energia elétrica não foi prejudicado. Técnicos da empresa sobrevoaram a área para avaliar a situação e os prejuízos.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), as comunidades indígenas da região vêm reivindicando a finalização da regularização fundiária e a retirada dos não índios da Terra Indígena Krikati. Iniciativas que, de acordo com a fundação indigenista, foram retardadas em função dos recursos judiciais ajuizados pelos atuais ocupantes da área. Após várias idas e vindas, a Funai já começou a notificar os ocupantes de propriedades não regularizadas a deixarem a área entre 30 e 45 dias. Os ocupantes em situação regular, com títulos de terra, serão indenizados.

Os índios da Terra Indígena Krikati também cobram da Eletronorte compensações pela operação das torres de alta tensão, instaladas na área. A empresa ainda está analisando a questão e informou que deve se pronunciar em breve.

A principal reivindicação constante do documento entregue pelos índios à Funai atende a interesses de outras comunidades indígenas maranhenses, incluindo os guajajaras, que também participam do bloqueio da MA-280: a mudança da gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) no Maranhão, com a saída dos atuais coordenadores. O documento é assinado pela Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima).

Em julho do ano passado, índios ligados à Coapima já haviam ocupado a sede estadual do Dsei por dez dias e a Estrada de Ferro Carajás.



Caso dos índios Tenharim será enviado para OEA até fim da semana, diz Justiça
SÍTIO 7 SEGUNDOS, 08.01.2014

A Justiça Federal está providenciando o envio do processo referente à segurança dos índios da reserva Tenharim Marmelos, em Humaitá (AM), à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo informações da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, o encaminhamento deve ocorrer até o fim da semana. O objetivo é que a OEA avalie se houve violação de direitos por parte do Estado brasileiro.

A decisão de encaminhar os autos à OEA foi tomada no dia 28 de dezembro, pela juíza de plantão Marília Gurgel de Paiva e Sales. Na decisão, ela afirma que o Brasil é signatário da 169ª Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais e votou favoravelmente à Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, da Organização das Nações Unidas (ONU). Para a juíza, “não paira dúvida de que a população indígena de Humaitá vem sofrendo toda ordem de violência de seus direitos primários [...] seja a partir da destruição de unidades dedicadas ao seu amparo [...] seja pela depredação de suas aldeias e limitação de trânsito”.

A juíza tomou a decisão no âmbito da ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF). Nela, o MPF solicitou à Justiça Federal liminar determinando que a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) garantissem a segurança dos índios da etnia Tenharim. O clima entre eles e a população de Humaitá é tenso devido ao desaparecimento de três homens, vistos pela última vez no dia 16 de dezembro, quando passavam de carro no km 85 da Rodovia Transamazônica. Moradores acusam os índios de terem sequestrado os homens em represália à morte do cacique Ivan Tenharim. A polícia instaurou inquérito para apurar os desaparecimentos.

A juíza Marília Gurgel de Paiva e Sales concedeu a liminar determinando multa diária de R\$ 10 mil pelo descumprimento da decisão. A Advocacia-Geral da União (AGU) afirma que já atendeu à determinação. Por meio de nota, o órgão informou ter comunicado à Justiça que, em 30 de dezembro, disponibilizou ônibus e escolta da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e Polícia Militar do Amazonas para o transporte de índios a suas aldeias. Declarou ainda que forças de segurança permanecem na área tanto para garantir a pacificação quanto para investigar o desaparecimento das três pessoas.

A Funai, no entanto, recorreu pedindo reconsideração da decisão. Em 3 de janeiro, outro juiz de plantão, Márcio André Lopes Cavalcante, negou a solicitação, mantendo os efeitos da liminar. A Agência Brasil entrou em contato com a Funai, mas, até a publicação do texto, não houve retorno do órgão. De acordo com informações da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, a partir de agora, a ação civil pública segue trâmite normal e ficará sob responsabilidade do juiz Érico Pinheiro.

Por: Redação



Índios são acusados de invadir chácara
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 08.01.2014

Pelo menos 10 índios internados na Casai (Casa de Apoio à Saúde do Índio) foram acusados de invadir a chácara Monte Cristo da produtora rural Juraci Costa e de matarem 12 suínos, sendo um reprodutor e oito matrizes, além de 30 galinhas. A localidade fica próxima à Casai, localizada na região do Monte Cristo II, área rural de Boa Vista.

A acusação consta no boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia do Interior, na Cidade Santa Cecília, Município do Cantá. Ela alega que fora duas invasões. A primeira na tarde e a outra na noite de segunda-feira, dia 06. "Todos os animais foram mortos a flechadas e pauladas. As matrizes estavam prestes a dar cria", disse.

Conforme a denunciante, o caseiro disse que viu vários índios armados por volta das 15h30. "À noite, eles voltaram e mataram os bichos. Quando chegamos, na manhã desta terça-feira, o estrago havia sido grande. Até uma roçadeira eles quebraram", frisou Juraci complementando que, além da polícia, procurou a Funai (Fundação nacional do Índio) e a diretoria da Casai.

"Na Funai disseram que não podiam fazer nada, mas que iriam na Casai para ver o que poderia ser feito. Somos pequenos produtores e vivemos disto. Gostaríamos de ser ressarcidos ou ter, pelo menos, a certeza de que isto não irá mais acontecer, mas eles vão voltar e o prejuízo ficará ainda maior", disse. "Quero providências o mais rápido possível".

Ela informou que esta foi a primeira vez que houve invasão de indígenas na sua chácara, mas sabe de relatos dos vizinhos que já sofreram perdas causadas pelos índios. "Os vizinhos já sofreram muito com os índios que saem da Casai e matam seus animais e quebram as coisas. Ninguém toma uma providência, por isso fiz questão de registrar boletim na polícia e procurar meus direitos na Funai e na Casai", disse.

CASAI - A Folha manteve contato com o diretor da Casai, Gildásio Moura. Ele falou que os agricultores o procuram para tomar providências sobre o caso. "Orientei-os a procurarem a Funai, já que não posso controlar os índios que são pacientes ou não da Casai. Essa foi a primeira vez que fiquei sabendo de um fato desta natureza nestes quase dois anos que estou como diretor da Casai", afirmou.

Gildásio Moura afirmou que até o final da tarde de ontem o coordenador da Fundação Nacional do Índio em Roraima, André Vasconcelos, não havia entrado em contato com ele. "Estou aguardando seu contato para tentar resolver esta questão", frisou.

Quanto aos animais mortos, Moura informou que não viu nada na Casai. "Aqui não temos nenhum porco nem galinha, nem sabemos se eram índios que estão na Casai ou outros. Ele não apresentou nenhuma prova de que os índios eram da Casai. Se ficar provado, mandaremos os índios de volta para as aldeias", disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

CONTROLE - Gildásio Moura disse que já buscou entendimento com o procurador federal Wilson Précoma, responsável pela seção indígena da Advocacia-Geral da União (AGU) em Roraima, para viabilizar a construção de uma cerca de proteção em volta da Casai.

"Só assim podemos controlar os pacientes e as pessoas que entram e saem da Casai", informou. "Ainda precisamos fortalecer esta ideia junto com a Funai, o procurador Précoma, a Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena] e o Distrito Yanomami, que é o responsável pela Casai, para elaborar um projeto e conseguir os recursos para fazer esta cerca de tela e controlar as guaritas", frisou.

FUNAI - A Folha tentou contato telefônico com o coordenador da Fundação Nacional do Índio em Roraima, André Vasconcelos, mas ninguém atendeu as chamadas de seu telefone. (RR)



Decreto do governo esquentar debate sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 08.01.2014

Executivo estuda incluir nove ministérios na análise dos pedidos de novas demarcações. Deputados discordam sobre a necessidade da medida.

Assunto polêmico em debate há vários anos na Câmara dos Deputados, a demarcação de terras indígenas promete esquentar ainda mais os ânimos entre parlamentares, ambientalistas e representantes do agronegócio em 2014. Além da Proposta de Emenda à Constituição 215/00, em análise na comissão especial, que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre as demarcações, os deputados discutirão o projeto de novo decreto do governo sobre o tema, que já divide opiniões.

O ponto mais polêmico da proposta, em debate no Ministério da Justiça, é a inclusão de nove ministérios no processo de análise dos pedidos de novas delimitações de comunidades indígenas. Para o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, deputado Padre Ton (PT-RO), por exemplo, a mudança é desnecessária e tem como único objetivo “a diminuição ou retirada de poderes da Funai [Fundação Nacional do Índio]”.

Na avaliação do parlamentar, o atual decreto (1.775/96), que regulamenta o tema, revela-se suficiente. “Ele já é longo e burocrático. Não é verdade que toda a coordenação e a decisão sobre demarcação de terras indígenas ficam nas mãos da Funai, porque os processos são discutidos com prefeituras, com os estados e o próprio ministro da Justiça”, argumenta.

“Processo tendencioso”

Já o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), defende mudanças na sistemática de demarcações. Segundo ele, hoje “o processo é muito unilateral e tendencioso”.

O representante dos produtores rurais afirma ainda que o País não pode “ficar sujeito à vontade de meia dúzia de índios”. E acrescenta: “neste instante, está em jogo outros 150 mil hectares de terra para 33 índios, o que vai tirar 6 mil pessoas de suas propriedades; isso é um verdadeiro crime em função do processo fraudulento e tendencioso liderado pela Funai”.

Atualmente, cabe à Funai instituir o processo de análise dos pedidos de delimitação de terras indígenas, além de coordenar os trabalhos de estudo antropológico etno-histórico, jurídico, cartográfico, ambiental e fundiário da área. A decisão final sobre o processo compete ao ministro da Justiça.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

Mudanças

Com as alterações em análise, os seguintes órgãos do governo federal poderão indicar representantes para acompanhar os trabalhos:

- Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério das Cidades;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério do Planejamento; e
- Ministério dos Transportes.

Também devem integrar o grupo de acompanhamento representantes da comunidade indígena interessada, dos estados e dos municípios em que se localize a área em estudo.

Ainda assim, a Funai permanece responsável pela instauração do processo, por iniciativa própria ou a pedido, assim como pela coordenação de todo o procedimento. A decisão final sobre a demanda continua a ser do Ministério da Justiça.

Íntegra da proposta:
PEC-215/2000

Fonte: Agência Câmara Notícias

Índios comercializam produtos medicinais na Praça da Bandeira

SÍTIO ISPIN, 08.01.2014



Índios comercializam produtos medicinais na Praça da Bandeira

Um grupo de índios de uma aldeia localizada na cidade de Miraguaí, situada no Norte do Rio Grande do Sul, veio a Caxias do Sul com o objetivo de expor as ervas medicinais produzidas pela tribo.

O grupo vai se instalar a partir desta terça-feira (07) na Praça Dante Marcucci, conhecida como Praça da Bandeira.

Uma autorização expedida pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente permite que os índios se instalem no local até a próxima sexta-feira (10).

O índio kaingang Ido Galvão, explica que os membros da tribo estão percorrendo todo o Estado com a finalidade de mostrar os benefícios das cerca de 90 ervas medicinais produzidas com o conhecimento da natureza próprio dos indígenas.

A secretária interina do Meio Ambiente, Letícia Gonçalves Dias, salienta a importância do poder público prestar assistência aos grupos de indígenas que atuam com a venda dos produtos artesanais, prática que é permitida pela legislação.

Letícia explica o procedimento adotado pelo poder público para conceder autorização aos indígenas.

O comércio ambulante de indígenas na cidade foi alvo de polêmica no dia 19 de dezembro.

Uma intervenção da Secretaria de Urbanismo e da Brigada Militar que apreendeu produtos que estavam sendo ilegalmente comercializados no centro da cidade, gerou uma confusão e revolta da população contra os agentes da Brigada Militar.

Cinco pontos da zona central da cidade foram identificados como locais de venda de materiais piratas. Mais de seis mil produtos foram apreendidos.



Governo apresenta proposta para solucionar conflitos indígenas em MS

SÍTIO TOP MIDIA NEWS, 08.01.2014

O governo deverá pagar cerca de R\$ 6 mil por cada hectare de terra nua e investir em torno de R\$ 85 milhões na desapropriação da Terra Buriti

Em reunião ocorrida ontem (7), o assessor especial do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, apresentou a proposta de valores para indenização de terras em situação de conflito na região da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul. No encontro estavam presentes a vice-governadora Simone Tebet, representantes dos índios Terena e de produtores rurais do Estado. A metodologia em questão foi preparada pela Funai (Fundação Nacional do Índio) para calcular quanto vale cada propriedade na região.

Segundo Veiga, o governo deverá pagar cerca de R\$ 6 mil por cada hectare de terra nua e investir em torno de R\$ 85 milhões na desapropriação da Terra Buriti. De acordo com ele, os valores não são exatos e podem variar, uma vez que a situação de cada propriedade é diferente.

Com base na metodologia, os produtores poderão calcular quanto será pago por suas propriedades e apresentar uma contraproposta em dez dias. Conforme Veiga, a metodologia não poderá mais ser modificada, mas as demandas dos fazendeiros ainda poderão ser analisadas e outras "possibilidades", negociadas. "A ideia é avançar nessa questão de Mato Grosso do Sul e, então, evoluir nessas soluções coletivas em outros estados."

Os produtores rurais ainda não se pronunciaram sobre os valores oferecidos pelo governo, mas pretendem apresentar uma metodologia própria de avaliação das terras que leve em conta o valor de mercado delas. O presidente da associação dos criadores do Mato Grosso do Sul, Chico Maia, ressaltou que os fazendeiros precisam receber valores com os quais possam comprar novas terras em outro lugar.

"Vamos apresentar nossas planilhas para mostrar onde há subavaliação por parte do governo. Não queremos tirar nenhuma vantagem. O que queremos apenas é que o governo adquira nossas propriedades pelo preço justo, preço de mercado. Nós nem estamos colocando o valor sentimental que há nas terras", disse Chico Maia.

Os índios apostam na solução negociada para o fim do conflito. De acordo com o líder do grupo que acompanhou a reunião, Lindomar Terena, o objetivo não é causar prejuízo aos fazendeiros e sim alcançar a paz na região. "A nossa aposta é que essa mesa de diálogo traga um resultado positivo tanto para o nosso povo quanto para a classe produtiva."

A vice-governadora, no entanto, está preocupada com os prazos que envolvem a negociação. Segundo Simone Tebet, apesar da suspensão dos episódios de violência na região, as duas

CONT.



partes estão “de prontidão” para qualquer retomada dos conflitos. “Fico preocupada com o prazo, porque, hoje, estamos em relativa paz em Mato Grosso do Sul, mas, em 30 ou 60 dias, a situação pode ser diferente. Assim, não podemos errar a mão [nas negociações], mas também não podemos errar no tempo”, disse ela.

Apesar disso, o governo estadual aposta no sucesso da negociação para avançar na solução de outros conflitos no estado. Para Simone Tebet, o momento mais delicado das negociações ocorreu agora, quando a questão financeira foi tratada. Se a etapa for superada com sucesso, o modelo de negociação também poderá ser estendido a outras terras onde há disputa entre índios e fazendeiros. “Não podemos errar a mão porque este vai ser um precedente para outros casos de Mato Grosso do Sul”, concluiu.



PF não encontra bala e conclui caso sem punir ninguém por morte de índio

SÍTIO RONDA DO MS, 08.01.2014

A Polícia Federal concluiu no dia 5 de dezembro o inquérito que investigava a morte do indígena Oziel Gabriel, 35 anos. O terena foi atingido por um tiro no dia 30 de maio, durante a reintegração de posse da fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 71 quilômetros de Campo Grande.

O inquérito nº 240/2013, assinado pelo delegado Paulo Machado, tem 2.100 páginas, mas não aponta quem disparou a arma de fogo que causou a morte de Oziel. Conforme a assessoria de imprensa da PF, não houve indiciamentos porque o projétil não foi encontrado, por isso, não há como determinar a autoria.

Agora, o caso está nas mãos da Justiça Federal e do Ministério Público Federal, que receberam o documento no dia 6 de dezembro. Foram colhidos mais de 70 depoimentos, entre indígenas, policiais federais e militares - inclusive da então Cigcoe (Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais), tropa de choque da PM, hoje alçada à Bope, que participou da reintegração - e jornalistas, além de anexados laudos técnicos periciais.

O caso - Oziel foi morto durante a operação de reintegração de posse da Buriti, que estava ocupada por índios terena desde o dia 15 de maio. Eles se negavam a deixar a propriedade, sob alegação de que a área é indígena.

O proprietário da fazenda, Ricardo Bacha, conseguiu que a Justiça concedesse a reintegração, que foi cumprida no dia 30 de maio pela Polícia Federal, com reforço da Cigcoe. O conflito durou cerca de oito horas. Na época, o major Marcos Paulo Gimenez, responsável pela operação, afirmou que a PM não portava armas de fogo, apenas armamento não-letal.

Além de Oziel, outros cinco terena ficaram feridos, quatro homens e uma mulher. A Polícia Federal garante que três policiais tiveram escoriações. No total, 15 indígenas foram detidos e encaminhados para a sede da PF, em Campo Grande.

Fonte: Campo Grande News



Pistas da BA-001 são liberadas após protesto de indígenas no sul da BA

SÍTIO TEIXEIRA NEWS, 08.01.2014

As pistas da BA-001, no trecho entre Ilhéus e Olivença, foram liberadas no início da tarde desta terça-feira (7), segundo informações de indígenas. O bloqueio era feito por cerca de 200 índios tupinambás do distrito de Olivença, na região sul da Bahia.

Segundo a Polícia Rodoviária Estadual (PRE), eles reivindicam parte das terras que foram concedidas a fazendeiros em uma decisão da Justiça por demarcação de terrenos. O indígena Walnei Magno informou que o grupo resolveu deixar o local do protesto após informação de que haveria uma reunião nesta tarde para discutir a situação do grupo. "A reivindicação é para pedir a suspensão de 22 mandados de reintegração de posse de terras na área tupinambá", relatou o cacique Sinval Tupinambá, de Olivença, durante a manhã.

O protesto começou por volta das 6h30 desta terça-feira. Os índios fecharam as pistas com troncos de árvore e faixas. O cacique diz ainda que 45 famílias serão retiradas destas terras devido ao cumprimento do mandado, que deve acontecer nesta terça-feira, no povoado de Sapucaeira. "Nós queremos que o Tribunal Regional Federal derrube esses 22 mandados de posse e as famílias permaneçam nas áreas, pois crianças e idosos ficarão sem ter onde morar", finalizou o cacique. De acordo com a PRE, a obstrução da via causou um engarrafamento de aproximadamente 8 Km durante a manhã.

(Fonte: G1)



Será que a Funai vai responder pela irresponsabilidade que cometeu?

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 08.01.2014

Os responsáveis pela Funai na região de Humaitá, se esse fosse um país sério, não só perderiam seus cargos, como poderiam ser responsabilizados, judicialmente, pelos recentes casos de violência entre brancos e índios, que assustam a todos. É que, bebendo no veneno da sua ideologia, cometeram a irresponsabilidade de ter publicado no Blog da Funai, que o cacique Ivan Tenharin poderia não ter morrido num acidente de moto, ao contrário do que dizem todas as provas. A grande imprensa divulgou as informações dadas até pela família do cacique, de que a morte foi acidental. De onde apareceu a absurda suspeita de crime, a não ser na cabeça de gente da própria Funai? Essa suspeita, que a Funai logo tirou do ar em seu blog, quando iniciou o confronto na região de Humaitá e Apuí, tentando esconder a mão, depois de dar a irresponsável bofetada (excelente reportagem de Fabiano Maisonnave e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, dia 05.01.2014, e na UNISINOS, explica tudo), pode ter sido a causa do início do conflito que, ainda, corre o risco de ter mais sangue jorrando.

Familiares do cacique Tenharin garantem que ele morreu acidentado, ao cair da moto. Um dos seus filhos assistiu tudo e confirmou às autoridades. Então, porque o comentário doentio, num blog oficial de um órgão oficial como a Funai, induzindo às pessoas a imaginar que teria havido assassinato? Uma vergonha. Vamos ter de novo a prova de que a impunidade campeia, porque em qualquer lugar sério do mundo, os responsáveis por isso não só estariam demitidos sumariamente, como ainda responderiam, na Justiça, por incitação à violência. Mas aqui é o Brasil, onde as leis pesam mesmo contra as pessoas de bem. Então, vai ficar por isso mesmo.



Humaitá: Índios postam vídeo alegando inocência
SÍTIO BLOG DO PÁVULO, 08.01.2014

O mundo inteiro acompanha o desenrolar de um conflito racial desnecessário e provocado por quem deveria mediar e solucionar o impasse causado há pelo menos 21 dias atrás quando misteriosamente desapareceram três pessoas populares conhecidas em suas cidades de origem, são eles, o professor da rede pública municipal de Apuí, Stef Pinheiro de Souza, o representante comercial da empresa Atacadão de Manaus, Luciano Ferreira Freire e o gerente da agencia de energia da empresa Eletrobrás/Amazonas no distrito de MATUPIÍ, Aldeney Salvador.

As buscas pelos três desaparecidos na reserva Tenharim continuam sendo realizadas pela policia federal, porém até o momento, as informações permanecem em sigilo e pouca coisa foi acrescentado desde o início da operação na região. O delegado federal encarregado de realizar as investigações, Alexrandre Alves disse a nossa redação que, foram encontradas algumas peças de um veículo semelhante ao utilizado pelos desaparecidos nas proximidades da "Aldeia Taboca" mais que não poderia afirmar que as peças eram do carro desaparecido. O delegado disse ainda que, as peças continham números seriais que foram colhidos e enviados para a montadora Volkswagen para que a empresa pudesse enviar a pericia policial a "carta lauda" com as características de que veículo seria as peças encontradas. Alexandre Alves desmentiu as informações de que teria encontrado um veículo queimado ou carbonizado. Perguntado se o investigador já teria encontrado os corpos dos desaparecidos ele negou todos os boatos existentes a respeito do caso.

Os caciques Tenharim continuam negando a autoria do crime e alegam estarem sendo acusados injustamente sobre o fato. "Estamos sendo tratados como bandidos, mas somos seres humanos, temos raciocínio", afirma o cacique Domiceno Tenharim, da aldeia Taboca, principal foco da investigação da polícia. Os indígenas acompanham as informações sobre as investigações pela internet, e postaram um vídeo afirmando estarem sendo acusados injustamente.

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=hpsbiWzOjRs



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

Carta do Encontro Preparatório dos Povos Indígenas ao 13º Intereclesial de CEBs
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2014



Os povos indígenas do Brasil representados pelas etnias Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe (Bahia), Xukuru-Kariri e Jeripancó (Alagoas), Potiguara (Paraíba), Xavante (Mato Grosso), Pankararú (Pernambuco), Kassupá e Wajoro (Rondônia), Xerente (Tocantins), Nukini e Nawa (Acre), Munduruku e Tembé (Pará), Tremembé e Pitaguari (Ceará) e seus aliados reunidos na comunidade da Palmerinha na Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, na cidade do Juazeiro do Norte – Ceará, se preparando para participarem do 13º Intereclesial das CEBs no período de 05 a 07 de janeiro de 2013. Refletimos a partir do tema: "Justiça e Profecia a Serviço da Vida e dos Povos Indígenas", sobre a realidade que cerca a caminhada dos povos indígenas, seus sonhos, desafios e suas expectativas sobre o 13º intereclesial das CEBs

CONT.



CIMI – Ao realizarmos o encontro nesta região tão mística e com tantos significados, relembramos a resistência dos povos indígenas através da Confederação Cariri que ocorreu no século XVII quando vários povos se juntaram para resistir contra a escravização indígena. Foi feita uma ponte histórica entre as lutas do passado e as lutas dos povos indígenas nos dias de hoje, destacando a estratégia do governo brasileiro em retirar direitos dos povos indígenas, fazendo leis que aparentemente defendem os indígenas e ao mesmo tempo criando outros mecanismos que retiram e violam estes direitos.

Refletindo o tema: “Justiça e Profecia a Serviço da Vida e dos Povos Indígenas”, não poderíamos deixar de dar nosso grito profético repudiando a postura de submissão do governo brasileiro ao agronegócio, confirmando a decisão do governo da presidenta Dilma Rousseff de um viés antiindígena: sendo aquele que menos demarcou terras indígenas e o que mais avançou na restrição ou supressão dos direitos indígenas, por meio de decretos e portarias inconstitucionais: Portaria 419/2011, Portaria 303/2012, Decreto 7957/2013; PECs 215/2000, PEC 237/2013 e PEC 038/1999; PL 1610/1996 e PLP 227/2012. Todos esses instrumentos buscam inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas, reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; e facilitar a invasão, exploração e mercantilização dos territórios indígenas e suas riquezas.

A insistência deste governo neoliberal em implementar e apoiar projetos grandiosos que agridem as comunidades indígenas, a exemplo da hidrelétricas de Belo Monte e do Rio Madeira, Transposição do Rio São Francisco, Ferrovia Transnordestina, Usina de Teles Pires, usinas nucleares em terras indígenas, monocultivos de eucaliptos, soja, cana, entre outros, demonstram a real posição adotada por este governo assassino e destruidor das populações tradicionais.

Denunciamos as perseguições e as violentas manifestações de agressão, racismo e preconceitos contra as comunidades indígenas, como as recentes ações contra o povo Tenharim no município de Humaitá no Amazonas e que se repetem e se multiplicam junto a outros povos, diante da impunidade e da conivência do governo brasileiro. Estas ações de violência e preconceito acontecem por conta das comunidades indígenas lutarem na defesa da sua integridade, e pela devolução do seu território, que são os poucos espaços que lhes restam, depois de 514 anos de roubo, expulsões e etnocídio.

Aproveitamos este momento histórico da realização deste 13º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base do Brasil, neste chão sagrado do povo Cearense para pedir o apoio e solidariedade de todas e todos aqueles que acreditam em uma nova sociedade possível baseada na justiça e para que os nossos povos tenham vida plena. Solicitamos que as CEBs denunciem o governo brasileiro por omissão e não cumprimento das obrigações constitucionais. Exigindo a demarcação e regularização de todas as terras indígenas como reza a Constituição Federal de 1988 e que o governo respeite os nossos direitos, pare de invadir nossos territórios com seus projetos “desenvolvimentistas” que mata e destroem a nossa mãe terra e seus filhos, os povos indígenas.

Solicitamos encarecidamente que as CEBs possam nos ajudar cumprindo sua função profética a partir da leitura do Evangelho e da prática de Jesus: proteger os fracos, combater as injustiças,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

ajudar o próximo, e que assim como São Bento, Pe. Ibiapina, Pe. Cícero e muitos outros beatos e beatas que seguiram esta prática possamos contar hoje com o apoio solidário as nossas lutas e sofrimento. Que os nossos Encantados e Seres de Luzes protejam a todos os membros das CEBs e os presentes neste grandioso encontro de Fé e luta.

Juazeiro do Norte (CE), 07 de janeiro de 2014.

Lideranças Indígenas e Aliados



Justiça tem pressa para iniciar desintrusão de terra indígena no Maranhão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2014

Paulo Victor Chagas* - Agência Brasil

Brasília – O juiz federal José Carlos do Vale Madeira, responsável pela sentença de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, disse ontem (7) que tem pressa que os oficiais de Justiça comecem a notificar os não índios para que desocupem a área. O juiz coordenou uma reunião entre eles e órgãos do governo que participam do processo. Depois de receberem o documento, os posseiros e agricultores têm 40 dias para retirar seus bens e desocupar a região.

“O cumprimento [das notificações] vai depender de questões operacionais e de logística, como o tempo na região para que os helicópteros levantem voo. Estamos estimando que nos próximos dias [comece], mas temos pressa”, disse, em entrevista à Agência Brasil. Segundo o juiz, todos os mandados de notificação já foram entregues aos oficiais de Justiça.

José Carlos do Vale Madeira também foi responsável pela ação de conhecimento do território no início do processo, em 2002, e acredita que a maioria dos ocupantes poderá receber o auxílio da União. “Estive no local e constatei que a presença de lavradores e posseiros era majoritária, espaçadamente havia fazendeiros e madeireiros”, disse.

A Justiça trabalha com a estimativa de que haja entre 300 e 500 ocupações e imóveis no território, que tem área total de 116 mil hectares. Em sua decisão, o juiz Madeira determinou o apoio da União aos agricultores e pequenos criadores atingidos pela desintrusão. O governo deve, por exemplo, articular com as prefeituras dos municípios de destino dos lavradores para que eles forneçam produtos para a merenda de estudantes em escolas públicas.

Durante a reunião de hoje, o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Maranhão, José Inácio Rodrigues, informou a Madeira que Bom Jardim e Igarapé do Meio, no mesmo estado, foram os primeiros municípios diagnosticados como possíveis destinos dos lavradores que serão desocupados da terra indígena. “Ponderei que essas terras devem ficar próximas à região. Deslocar [os não índios] para locais muito distantes pode causar graves transtornos emocionais, uma espécie de êxodo. Não gostaria que esse fenômeno ocorresse”, declarou o juiz.

A Terra Indígena Awá-Guajá compreende os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru, onde na última sexta-feira (3) foi montada uma base de operações do Exército para o cumprimento da ação de desintrusão. Após o recebimento das notificações, a expectativa é que as famílias se inscrevam no Cadastro Único (CadÚnico) para que possam participar de programas sociais do governo federal.

“Minha maior preocupação é que os lavradores, que preencham requisitos [para o cadastro],

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

não sejam colocados às margens da BR [rodovia], não sejam marginalizados”, disse. O trabalho do Incra no local vai contar diretamente com 15 pessoas para o cadastramento das famílias, o estudo de lotes vagos passíveis de serem assentados para os lavradores com direito à terra da reforma agrária, e o processo de compra de áreas por meio de um edital, já aberto pelo órgão.

Além do Incra, da Fundação Nacional do Índio e dos oficiais de Justiça, estiveram presentes na reunião representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, além da Força de Segurança Nacional, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, que farão a segurança dos oficiais e das rodovias que dão acesso à área. Ainda segundo o juiz, uma estrutura primária de delegacia está sendo montada na região para evitar crimes como o contrabando de madeiras do local.

*Edição: Aécio Amado

Ministério da Justiça apresenta proposta para desapropriações na área da Terra Indígena Buriti, MS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2014



Reunião no Ministério da Justiça. Foto: Edison Bueno/Funai

Mariana Jungmann, Repórter da Agência Brasil

Brasília – Negociadores do Ministério da Justiça e representantes dos índios Terena e de produtores rurais de Mato Grosso do Sul, além da vice-governadora do estado, Simone Tebet, reuniram-se ontem (7) para a apresentação da proposta de valores para indenização de terras em situação de conflito na região da Terra Indígena Buriti. Os negociadores da pasta da Justiça, entre eles o assessor especial Marcelo Veiga, apresentaram a metodologia preparada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para calcular quanto vale cada propriedade na região.

Segundo Veiga, o governo deverá pagar cerca de R\$ 6 mil por cada hectare de terra nua e investir em torno de R\$ 85 milhões na desapropriação da Terra Buriti. De acordo com ele, os valores não são exatos e podem variar, uma vez que a situação de cada propriedade é diferente.

“As fazendas apresetam grande diversidade – algumas têm muitas benfeitorias, outras têm poucas. Então, não temos como falar em valores específicos, mas em números globais”, explicou Veiga. Ele informou que serão desapropriadas 30 propriedades, em um total de 15 mil hectares.

Com base na metodologia apresentada hoje, os produtores poderão calcular quanto será pago por suas propriedades e apresentar uma contraproposta em dez dias. Segundo Veiga, a metodologia não poderá mais ser modificada, mas as demandas dos fazendeiros ainda poderão ser analisadas e outras “possibilidades”, negociadas. “A ideia é avançar nessa questão de Mato Grosso do Sul e, então, evoluir nessas soluções coletivas em outros estados.”

Os produtores rurais ainda não se pronunciaram sobre os valores oferecidos pelo governo, mas pretendem apresentar uma metodologia própria de avaliação das terras que leve em conta o valor de mercado delas. O presidente da associação dos criadores do Mato Grosso do Sul, Chico

CONT.



Maia, ressaltou que os fazendeiros precisam receber valores com os quais possam comprar novas terras em outro lugar.

“Vamos apresentar nossas planilhas para mostrar onde há subavaliação por parte do governo. Não queremos tirar nenhuma vantagem. O que queremos apenas é que o governo adquira nossas propriedades pelo preço justo, preço de mercado. Nós nem estamos colocando o valor sentimental que há nas terras”, disse Maia.

Os índios apostam na solução negociada para o fim do conflito. De acordo com o líder do grupo que acompanhou a reunião, Lindomar Terena, o objetivo não é causar prejuízo aos fazendeiros e sim alcançar a paz na região. “A nossa aposta é que essa mesa de diálogo traga um resultado positivo tanto para o nosso povo quanto para a classe produtiva.”

A vice-governadora, no entanto, está preocupada com os prazos que envolvem a negociação. Segundo Simone Tebet, apesar da suspensão dos episódios de violência na região, as duas partes estão “de prontidão” para qualquer retomada dos conflitos. “Fico preocupada com o prazo, porque, hoje, estamos em relativa paz em Mato Grosso do Sul, mas, em 30 ou 60 dias, a situação pode ser diferente. Assim, não podemos errar a mão [nas negociações], mas também não podemos errar no tempo”, disse ela.

Apesar disso, o governo estadual aposta no sucesso da negociação para avançar na solução de outros conflitos no estado. Para Simone Tebet, o momento mais delicado das negociações ocorreu agora, quando a questão financeira foi tratada. Se a etapa for superada com sucesso, o modelo de negociação também poderá ser estendido a outras terras onde há disputa entre índios e fazendeiros. “Não podemos errar a mão porque este vai ser um precedente para outros casos de Mato Grosso do Sul”, concluiu.

Edição: Fábio Massalli



"Arte Indígena: Fauna em Madeira" fica em exposição na Casa da Cultura até o dia 21
SÍTIO RÁDIO NAJUÁ, 08.01.2014

Coleção de esculturas faz parte do acervo de Gilberto Biscaia e mostrar arte de índios da região de Guaraqueçaba
Edilson Kernicki, com reportagem de Sassá Oliveira

Uma coleção de animais esculpidos em madeira por índios da região de Guaraqueçaba está exposta desde ontem (7) na Casa da Cultura. A mostra reúne peças do acervo de Gilberto Biscaia e podem ser visitadas pelo público até o próximo dia 21 de janeiro.

A secretária de e Patrimônio Histórico, Turismo, Cultura, Lazer e Desporto de Irati, Claudete Basen, lembrou que, em 2013, a Casa da Cultura abrigou nove exposições de fotografia, escultura, pintura e até de representações gráficas em shapes de skate.

Ainda conforme Claudete, desde o ano passado, a equipe da Casa da Cultura vinha preparando uma surpresa para esse período de férias escolares em que, com mais tempo livre, um programa cultural acaba sendo uma boa pedida. "Essa exposição foi comentada, foi planejada no ano passado e deixada reservada para esse início de ano, para nós começarmos as exposições em alto nível na Casa da Cultura. Essa exposição é dos índios da região de Guaraqueçaba. A maioria dos animais esculpidos são felinos, mas também temos algumas aves. É uma arte muito bonita", comentou a secretária.

Claudete comemora o resultado do trabalho desenvolvido no ano passado com a divulgação das exposições através da imprensa escrita, falada e das redes sociais. Segundo ela, a visitação à Casa da Cultura cresceu bastante. "Nós tivemos uma exposição no começo do ano [passado], que foi a exposição do mundo do trabalho, que nós tivemos mais de 3 mil visitas", citou.

A secretária disse que todas as exposições vêm recebendo grande público. "Há agendamento de escolas do interior, que vêm de ônibus visitar também as exposições. Durante o período da FIEL [Feira Iratiense Estudantil do Livro], nós tivemos também muitas visitas, porque a gente fez um link entre o Centro Cultural Clube do Comércio e a Casa da Cultura", enfatizou.

Já está prevista para o final do mês, a partir do dia 31, a segunda edição da exposição Irati em Imagens, que consiste num concurso de fotografias. Além das fotografias premiadas, todas as obras inscritas estarão em exposição. A abertura e a premiação ocorrem a partir das 20 horas do próximo dia 31, na Casa da Cultura.

Expediente

A Casa da Cultura fica na Rua XV de Julho, 329 – Centro. O atendimento é realizado, de segunda a sexta, das 8h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Agora também fica aberta aos sábados, das 14h às 16h.

Governadora em exercício sugere nova avaliação nas benfeitorias da reserva Buriti
SÍTIO REGIÃO NEWS, 08.01.2014

O produtor Ricardo Bacha, dono de duas áreas na região, contestou o fato das benfeitorias da fazenda terem sido avaliadas em R\$ 531 mil.



O produtor Ricardo Bacha, dono de duas áreas na região, contestou o fato das benfeitorias da fazenda terem sido avaliadas em R\$ 531 mil.

Simone ressaltou que já que as terras da Fazenda Buriti não são consideradas indígenas pela Justiça, esta alternativa seria viável. "Nós propusemos este caminho como alternativa para buscar um consenso e o Ministério da Justiça deverá manifestar a respeito nos próximos dias", afirmou, por meio da assessoria de imprensa.

Relatório – No dia 17 de janeiro será encaminhado o relatório das avaliações aos produtores para que eles façam a análise e apontem possíveis revisões. O resultado deve ser encaminhado ao Ministério da Justiça até o dia 27 deste mês, para que seja agendada

uma nova reunião, prevista inicialmente para o dia 30.

De acordo com o presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Francisco Maia, os números apresentados na reunião foram abaixo do esperado. A União propôs pagar R\$ 78 milhões por 30 das 34 fazendas localizadas na reserva do Buriti.

Os produtores rurais esperavam que a proposta girasse em torno de R\$ 150 milhões, já que em agosto do ano passado eles acreditavam que o governo federal pagaria R\$ 6,6 mil por hectare bruto, que somando com as benfeitorias chegariam a R\$ 10 mil. Como existem 15 mil hectares na região, chegariam ao investimento de R\$ 150 milhões.

O produtor Ricardo Bacha, dono de duas áreas na região, contestou o fato das benfeitorias da fazenda terem sido avaliadas em R\$ 531 mil. O presidente da Acrissul comentou que só a sede da fazenda do produtor, com 200 metros quadrados, além dos galpões destruídos durante a invasão, teriam valor superior.

Pagamento - Em relação à forma de pagamento para aquisição destas terras em conflito, o governo federal não se manifestou durante a reunião, apenas restrito a discussão sobre a fazenda Buriti.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

Simone voltou a destacar que o Estado já alertou a União sobre a “elevação da tensão” no campo em função da demora para resolução da questão e que o governo estadual continua a disposição para colaborar para a solução do impasse.



Índios vão reabrir pedágios no Amazonas. Bispo alerta: "Brasília tem de acordar"
SÍTIO INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS, 08.01.2014

Índios de aldeias no sul do Amazonas informaram ao Exército que vão reabrir em 1.º de fevereiro os pedágios na Transamazônica (BR-320), em Humaitá, a 675 km de Manaus. As lideranças decidiram retomar a cobrança apesar da ameaça de um novo ataque dos moradores da cidade que, em 26 de dezembro, atearam fogo aos postos instalados na reserva Terra Indígena Tenharim Marmelos. O conflito ocorreu após o desaparecimento de três homens na reserva, em 16 de dezembro.

A reportagem é de José Maria Tomazela e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 08-01-2014.

A decisão de reabrir os pedágios - ponto de conflito com a população local - foi anunciada anteontem por lideranças indígenas na aldeia dos tenharins ao comandante militar da Amazônia, Eduardo Villas Bôas. O general havia pedido o fim do pedágio em nome da paz na região.

Além de terem se negado a atender ao apelo, os caciques prometeram explodir as pontes e isolar a reserva caso haja outro ataque dos moradores. Eles foram informados de que estaria sendo preparada uma nova ação para a próxima terça-feira.

"O povo tenharim já decretou que o pedágio vai continuar, independentemente dos protestos de algumas pessoas. Demos um intervalo para não atrapalhar a força-tarefa (que atua na busca dos três homens desaparecidos)", anunciou o cacique Aurélio Tenharim, depois de expor que o pedágio é uma compensação pela construção da Transamazônica na terra indígena. Segundo ele, a construção da rodovia teria causado mortes de índios. "Esperamos quatro anos para negociar e nenhum governo apareceu."

Villas Bôas, acompanhado do general Ubiratan Poty, comandante da 17.ª Brigada de Porto Velho, do corregedor do Ministério Público Estadual José Roque Marques e dos comandos da Força Nacional de Segurança e Polícia Rodoviária Federal, argumentou que a cobrança era ilegal e acirrava os ânimos.

Os indígenas disseram que ilegal era a atividade dos "flanelinhas" nas cidades e que o pedágio é a principal fonte de renda das aldeias. "Não podemos caçar, plantar, nem cortar pau para fazer artesanato, pois o Ibama não deixa", afirmou Zelito Tenharim. Ele questionou a ausência de representantes do governo. "O general está aqui, mas cadê o Executivo? A construção de uma usina vai inundar parte da reserva, mas o projeto não foi discutido com os povos. Nós vamos cobrar por isso."

Os caciques das etnias tenharim e jiajoy prometeram colaborar com as investigações sobre o desaparecimento de três homens, no trecho da Transamazônica que corta a reserva. O

CONT.



episódio causou uma onda de revolta em Humaitá, no Natal, em que uma multidão incendiou a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) e outras bases indígenas na cidade, além de veículos e um barco usados no atendimento aos indígenas. As famílias acusam os índios, que permanecem isolados na reserva, mas eles negam.

Em documento entregue aos militares, os oito líderes pediram segurança do Exército nos limites da reserva e aos índios que estudam e trabalham na cidade. Pediram ainda um plano emergencial para atendimento na saúde, alimentos e uma reunião com o governo em Brasília.

Ontem, o general se reuniu com o prefeito de Humaitá, José Cidinei Lobo do Nascimento (PMDB), e lideranças locais para discutir a crise na região. Do bispo d. Francisco Merkel ouviu um alerta: "Outros corpos podem surgir e a questão não pode ser resolvida ao nível local. Brasília tem de acordar".

"Temos certeza de que nossos maridos foram mortos e queremos acabar com essa angústia. Tenho vergonha de ser brasileira porque, em outro país, um crime desses é cadeia elétrica", disse Erisneia Azevedo, mulher do professor Stef Pinheiro de Souza, um dos desaparecidos - os outros são o comerciante Luciano Ferreira Freire e o técnico Aldeney Ribeiro Salvador.

'Tragédia anunciada'

O general disse que as investigações da Polícia Federal estão no final e a conclusão deve ser anunciada nos próximos dias. Segundo ele, as provas devem esclarecer o desaparecimento e, se houve crime, os culpados serão punidos. Alertado pelo advogado das famílias, Carlos Terrinha, de que a cobrança do pedágio será uma "tragédia anunciada com derramamento de sangue", ele disse que a Força Nacional, a Polícia Rodoviária Federal e a Funai vão tentar demover os índios da cobrança.

As forças permanecem na região até o fim do conflito.

Comunidades quilombolas reivindicam reintegração de posse de terras em MS
SÍTIO TOPMIDIANEWS, 08.01.2014



Integrantes das comunidades negras quilombolas da chácara Buriti, localizada na zona rural de Campo Grande e a São Miguel, pertencente ao município de Maracaju já retomaram as terras que foram desapropriadas pelo governo federal.

Segundo o coordenador jurídico do setor Quilombola do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) - seccional de Mato Grosso do Sul, José Roberto Camargo Souza, no Estado existem 18 comunidades que estão com processo de desapropriação em andamento. "As comunidades chácara Buriti e São Miguel já ganharam a sentença na justiça e as terras já foram anexadas ao território quilombola de cada uma delas. Além dessas, a comunidade de Furnas de Dionísio, do município de Jaraguari, e Furnas de Boa Sorte, de Corguinho também estão em fase final do processo. Já temos quase 80% das terras de Furnas do Dionísio com mandado de emissão de posse, e 50% em Furnas de Boa Sorte", informou.

Avaliação - De acordo com o antropólogo do INCRA, Marcelo Batista, antes de ser feita a reintegração de posse das terras aos quilombolas é realizada primeiro uma avaliação documental pela equipe técnica do órgão. "A gente analisa o que os proprietários não quilombolas, chamados incidentes, têm de documentação. Depois disso é feito uma avaliação agrônômica, um estudo da terra, de acordo com a legislação vigente" explica.

Conforme Batista, para que esses proprietários possam fazer a devolução das terras é negociada uma indenização de acordo com o investimento feito na propriedade. "Se a pessoa

CONT.



tem a documentação, a matrícula e está tudo correto, se ela comprou a terra, essa pessoa vai receber pela terra e pelas benfeitorias. Se não tem documentação, não tem matrícula, então, vai ser pago só as benfeitorias. Se o proprietário não quilombola não aceitar, ele pode ir na justiça fazer a reclamação disso, mas nós fazemos o que está na legislação, a justiça federal, no caso é quem vai definir quem está certo ou não”, explica. Segundo o antropólogo, a comunidade Desidério Felipe de Oliveira, localizada em Dourados é a comunidade quilombola que apresenta a maior área de reivindicação.

Titulação – O advogado José Roberto Camargo de Souza explica que o reconhecimento de propriedade quilombola é emitido pela Fundação Cultural Palmares, após a solicitação da associação das comunidades. “O processo iniciado pela Fundação Palmares vem pro INCRA. Aqui abre-se um outro processo e aguardamos toda a documentação que a comunidade manda para a Fundação Cultural Palmares, e a Palmares baseada em estudo emite um certificado de autoreconhecimento da comunidade quilombola. Isso é baseado na convenção 169 da OIT [Organização Mundial do Trabalho] instituído no decreto 4887 de 2003, pelo governo Lula, que regulariza os procedimentos para a titulação dessas terras no país”, ressalta.

Segundo José Roberto, após o estudo antropológico desses territórios inicia-se um processo do relatório técnico de identificação. “O relatório é encaminhado para o Comitê de Decisão Regional. Se ele tiver tudo certo, o documento é enviado a Brasília para que lá seja novamente reanalisado e após dessa análise ele passa para a presidência do INCRA para que o INCRA emita uma portaria reconhecendo a comunidade como quilombola” reitera.

Conforme o advogado, a desapropriação acontece após o resumo do relatório técnico de identificação que é enviado à Presidência da República para que se faça um decreto de desapropriação pelo desinteresse social área solicitada. O tempo para que as terras retornem aos proprietários quilombolas pode levar mais de cinco anos, em função da burocracia.

* Foto tirada por Alexssandro Loyola, durante a fabricação da farinha em Furnas do Dionísio.

ONU declara 2014 Ano Internacional da Agricultura Familiar

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2014

Investimentos em agricultura familiar ainda são desproporcionais, se comparados aos recursos recebidos pelo agronegócio

(Fonte e imagem: Rede Brasil Atual)



Ainda em 2012 a agricultura familiar foi eleita pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) como o tema para o ano de 2014. A atividade, que caminha lado a lado com a preservação e o respeito ao meio ambiente, produz mais de 70% dos alimentos consumidos pela população e já é prioridade da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), órgão que está à frente da campanha pelo ano dedicado à modalidade.

Segundo o site da FAO, o objetivo do Ano Internacional da Agricultura Familiar é reposicionar o setor no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover uma mudança rumo a um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado da produção de alimentos.

Também pretende-se que o foco da atenção mundial esteja na erradicação da fome e pobreza, provisão de segurança alimentar e nutricional, melhora dos meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais.

Ainda segundo a FAO, a agricultura familiar e de pequena escala estão intimamente vinculadas à segurança alimentar mundial; preservam os alimentos tradicionais e contribuem para uma alimentação balanceada, para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais; além de representar uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades.

A FAO elege, nacionalmente, uma série de fatores fundamentais para o bom desenvolvimento da agricultura familiar, tais como as condições agroecológicas e as características territoriais; ambiente político; acesso aos mercados; o acesso à terra e aos recursos naturais; acesso à tecnologia e serviços de extensão; o acesso ao financiamento; condições demográficas, econômicas e socioculturais; e disponibilidade de educação especializada.

CONT.



A agricultura camponesa também foi apontada, em setembro deste ano, como uma das principais atividades geradoras de novas fontes de trabalho no resumo executivo do relatório "Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas 2014: uma visão para a América Latina e Caribe".

No Brasil, chega a 77% o percentual de empregos proporcionados por tal atividade agrícola. A agricultura familiar emprega muito mais pessoas do que o agronegócio, além de manter a saúde de seus trabalhadores, por não fazer uso de agrotóxicos; e de contribuir para a preservação ambiental sem deixar de produzir alimentos, já que opta por cultivos variados e métodos naturais para a manutenção da produção.

Mesmo assim, os camponeses sentem falta de políticas de incentivo ao setor, o que é justamente o oposto do que se encontra no agronegócio. Apesar de a atividade ser focada nas exportações e ter como prioridade o lucro, e não a qualidade alimentar da população, os incentivos governamentais são muito maiores.

João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apontou que, apesar das conquistas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea); e o Programa Terra Forte, resultados da luta dos movimentos sociais do campo, os investimentos em agricultura familiar ainda são desproporcionais se comparados aos do agronegócio. Segundo o militante, o Plano Safra 2013/2014 da Agricultura Familiar representa pouco mais de 20% do que é destinado ao agronegócio.

Entidades como o MST e o MPA criticam os investimentos federais feitos em programas destinados ao campo que somente beneficiam grandes propriedades destinadas à exportação e que, logicamente, fazem uso contínuo de agrotóxicos, visando o lucro, em vez de a qualidade alimentar. Para os militantes, é claro saber de que lado – da agricultura familiar ou do agronegócio – o governo está.



Desapropriação em favor de quilombolas é tema de debate

SÍTIO BLOG DO DEPUTADO FREITAS, 08.01.2014

A desapropriação de terras em favor dos remanescentes de quilombos foi tema de audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa (Ales) nesta quinta-feira (10), no Clube dos Funcionários da Petrobrás, em São Mateus. A sessão foi proposta pelo deputado Freitas (PSB).

O Decreto Federal 4.887, publicado em novembro de 2003, obriga o cumprimento do artigo 68, das leis transitórias, da Constituição Federal que dispõe sobre o direito dos remanescentes das comunidades de quilombos, que estejam ocupando suas terras, terem reconhecido o título de suas propriedades.

O deputado Freitas colocou que a audiência é uma forma dos deputados exercerem os seus direitos como mediadores, especialmente em um momento de instabilidade como o vivido em São Mateus.

"Acredito que no chamamento desta audiência pública com tema relevante e próximo do momento que vivemos, um momento instável, principalmente na agricultura, criado pelo decreto 4.887. Percebo, com toda responsabilidade, que o tema é complexo com variantes diversas, mas um representante não pode deixar de ser um mediador dos assuntos importantes", explicou Freitas, que teve a sua fala seguida pelo deputado Paulo Roberto (PMN).

"O nosso papel é o papel de mediar, como disse o Freitas. Precisamos agora colocar na luta a bancada federal porque como é um decreto federal, eles podem tomar atitudes que nós não temos condições", colocou o líder do governo na Casa.

Outro problema apontado na reunião foi o artigo 3º do decreto presidencial. O dispositivo estipula como critério para a identificação dos remanescentes a presunção de ancestralidade negra, feita por auto-identificação. O deputado ainda citou o artigo 5º, que coloca o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como responsável do processo de estudos para a identificação das propriedades de quilombos no Brasil.

"O Incra faria o estudo, faria uma notificação das pessoas que estivessem em terras consideradas de quilombos e teria 90 dias para recorrer da desapropriação. São Mateus, por um arranjo social produtivo, está sempre entre os primeiros no PIB estadual do Espírito Santo em produção agrícola, e estou falando em agricultura que tem como base o pequeno e médio agricultor", frisou Freitas.

O representante do Incra, Jerônimo Brumatti, explicou que são vários os critérios adotados pelo órgão, que não permitem a entrada de qualquer pessoa que se intitule remanescente de escravos, mas a auto-identificação é o principal.

CONT.



"Primeiro vou citar os passos do Incra para a desapropriação de terra. Primeiro precisa ter a certidão da Fundação Palmares. Após realizamos um estudo do território, um relatório antropológico, um relatório cartorial, históricos, além de entrevistas as famílias para identificar as comunidades", informou.

O superintendente também destacou que o Incra não toma partido dos quilombolas, mas cumpre um direito garantido em Lei. "A Constituição Federal reconhece os direitos das comunidades quilombolas desde 1988. Esta demanda não veio do nada, veio da luta das próprias comunidades e das organizações negras, sendo um marco na nossa Constituição. Assim, para regulamentar o processo da Constituição Federal, em 2003, foi publicado o decreto federal que então estipula os processos para a adoção dos direitos dos quilombolas", finalizou.

A principal reivindicação dos pequenos produtores de São Mateus foi que a titulação das terras a serem reconhecidas como de quilombolas será coletiva, situação que não concordam. "Eu sou negro, mas eu não aceito isso. Eu não trabalhei de sol a sol para ter a minha terra dada para os outros. Eu comprei tudo com o meu dinheiro, isso é uma desonestidade, um roubo", afirmou o pequeno produtor João Oliveira.

Estão em processo de desapropriação 1.219 mil hectares de terras das comunidades de Serraria e São Cristóvão, em São Mateus. No Estado, o Incra executa oito processos de identificação de propriedades quilombolas: duas em São Mateus; três no município de Conceição da Barra; uma na cidade de Ibiraçu, Santa Leopoldina e Cachoeiro de Itapemirim.

O bispo de São Mateus, Dom Sanoni, lembrou que a cidade foi a última a receber um navio escravo. "A história diz que São Mateus recebeu os últimos negros escravos. Aqui tem uma população negra muito numerosa. Este Estado que sempre tem me cativado, também tem me deixado perguntas. Há uma massa sobrando e um ocultamento do povo negro na produção desta economia e nos vamos percebendo os presídios cheios", disse.

O religioso continuou: "A nossa discussão não pode estar desligada da história. O povo quilombola vive numa pobreza muito grande. Precisamos reverter a situação que vive o nosso povo, temos que resgatar a vida deles, seja dando terras ou com fazendo políticas afirmativas. Temos que construir respostas. Temos que ouvir a diversidade a pluralidade do povo", pronunciou.

Já o deputado Freitas informou que não se pode corrigir uma injustiça com outra. "Qual é a forma ordeira, legítima de reparar estas diversidades de anos atrás, é fazendo injustiças, criando instabilidades? Eu penso que não é fazendo uma injustiça enorme nos dias de hoje que nós vamos reparar o sofrimento que os negros sofreram por décadas aqui, em São Mateus", pontuou.

Para melhor debater o assunto foi aprovada na audiência pública a criação de uma Comissão para tentar buscar apoio da bancada federal capixaba a anulação do decreto presidencial 4.778/2003.

A Comissão será composta pelos deputados mateenses Freitas e Paulo Roberto e pelos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

representantes da Federação dos Agricultores do Estado, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus, da Secretaria Municipal de Agricultura, do Movimento Paz no Campo, da Federação de Agricultura, do Centro de Cultura Negra do Norte e Nordeste do Espírito Santo, do Movimento Quilombola e pelo bispo do Norte e Noroeste do Espírito Santo, Dom Sanoni.



Projetos de inclusão digital da juventude rural são ampliados

SÍTIO PORTAL BRASIL, 08.01.2014

Serão investidos R\$ 3,3 milhões em capacitação nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Ceará

Cinco projetos que promovem a inclusão digital de jovens de áreas rurais vão ser estendidos até 2015. Eles fazem parte do programa Inclusão Digital para Juventude Rural, parceria do Ministério das Comunicações com a Secretaria da Juventude da Presidência da República.

De 2011 a 2013, o programa selecionou 41 projetos de extensão de Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia voltados para a capacitação e formação de jovens em áreas rurais de todo o País. Cinco desses projetos, encerrados em 2013, apresentaram um novo plano de trabalho e sua ampliação foi aprovada pelo MiniCom.

Os projetos, desenvolvidos por quatro universidades federais, receberão um investimento total de R\$ 3,3 milhões. A duração deles varia de 12 a 24 meses e serão desenvolvidos nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Ceará. Os projetos vão capacitar jovens agricultores e também indígenas e de comunidade quilombolas.

Para ganhar continuidade, os programas passaram por uma avaliação da Secretaria de Inclusão Digital (SID) do ministério. A análise levou em conta três critérios: o respaldo da instituição a que estão vinculados, o apoio dos movimentos e comunidades do campo envolvidos nas atividades e a metodologia.

"Esses cinco projetos têm um recorte territorial muito claro da área onde eles estão atuando. Então, o intuito é que a gente não fomenta iniciativas pulverizadas, mas sim uma iniciativa de capacitação que envolva o maior número possível de jovens, o maior número possível de municípios, de forma articulada", explica o diretor de Articulação e Formação da SID, Cristiano Passos.

Segundo o diretor, o objetivo principal do programa de Inclusão Digital é que a juventude se aproprie das tecnologias digitais. "A universidade capacita um grupo de jovens de determinada comunidade para que eles reproduzam sua cultura junto à comunidade com seus próprios equipamentos", reforça.

Formação

Os projetos de Inclusão Digital para a Juventude Rural começaram em 2011 e a maior parte foi encerrada em 2013. Ao todo, 41 projetos propostos por 28 instituições públicas federais (universidades e institutos) espalhadas por 18 estados foram contemplados.

CONT.



Um grupo de trabalho formado pela Secretaria de Inclusão Digital do Minicom e pela Secretaria Nacional da Juventude da Presidência definiu o modelo do edital, com as linhas de atuação, público, faixa etária e territorial.

"A meta inicial dos 41 projetos aprovados foi cumprida. Eles capacitaram e formaram no uso das tecnologias da informação e da comunicação 6,4 mil jovens no período de 18 meses", revela Cristiano.

Os projetos incluíram desde alfabetização digital em comunidades tradicionais, que não têm nenhum outro acesso à formação e capacitação nessas ferramentas, até capacitação em audiovisual e web rádio.

Lista dos projetos:

1 – Projeto: Centros Rurais de Inclusão Digital (CRID'S): uma proposta de comunidades digitais rurais.

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Parceiros: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Ceará (Fetraece); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Área de atuação: Jovens de 12 assentamentos e 3 comunidades quilombolas.

2 – Projeto: Desenvolvimento sustentável, Mídia Social e o Jovem do Campo

Instituição: Universidade Federal Fronteira Sul

Parceiros: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul); Cresol Central SC/RS; Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Santa Catarina; Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf).

Área de atuação: Capacitação de 120 jovens agricultores de unidades produtivas familiares dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

3 –Projeto: Uso da tecnologia da informação em práticas sustentáveis com a juventude da agricultura familiar.

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Parceiros: Escolas Família Agrícola (EFAs), Pastoral da Juventude Rural (PJR)

Área de atuação: Escolas Família Agrícola de São Lourenço e Eliseu Martins. Capacitação de 120 estudantes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 02 / 2014

Brasília, 08 de janeiro de 2014.

4 - Projeto: De olho na terra – Estadual/Santa Catarina

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Parceiros: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Área de atuação: Regiões Oeste, Meio-Oeste e Planalto Norte de Santa Catarina. Capacitação de 190 jovens de cinco municípios.

5 -Projeto: Mitãrusu Mbo´epy: Peteî Tape. Formação de Jovens: um caminho II

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Parceiros: Comissão Funai.

Área de atuação: Aldeias indígenas de Santa Catarina da etnia guarani. Capacitação de jovens indígenas.

Fonte:

Secretaria Nacional de Juventude



Informe Funai 1: - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 08.01.2013

A equipe interministerial formada por servidores da Funai, Secretaria-Geral da Presidência da República, Polícias Federal, Rodoviária Federal, Força Nacional, Gabinete de Segurança Institucional – ABIN, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENCIPAN, já chegou a São João do Caru para cumprir decisão judicial e iniciar o processo de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, próxima aos municípios de Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, na região Noroeste do estado. A base principal, montada pelo Exército, dará apoio logístico ao processo de desintrusão e está instalada em São João do Caru.

A previsão é que a partir desta semana os oficiais de justiça comecem a notificar os não índios para que saiam voluntariamente da terra em 40 dias, levando seus bens. Por decisão judicial, nesse período, os posseiros poderão retirar bens móveis, imóveis, animais e quaisquer outros pertences que possam ser removidos sem comprometer a utilização das terras indígenas.

Para saber mais acesse o site <http://www.funai.gov.br/>